DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8170 • SÃO PAULO, SEXTA-FEIRA, 12 DE JULHO DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Doações impulsionam vendas e elevam crescimento do comércio no Sul do Brasil

Geral Pág.06

A mobilização solidária em prol de arrecadações para os afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, em maio, impulsionou as vendas do comércio local a superar a média nacional. Enquanto o setor varejista no país registrou um aumento de 1,2% entre abril e maio, no Rio Grande do Sul esse crescimento foi de 1,8%. Essas informações foram reveladas ontem (11) pela Pesquisa Mensal do Comércio, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em todas as regiões do Brasil, somente oito estados registraram um aumento nas vendas acima da média nacional. O Rio Grande do Sul se destaca como o quinto estado com o maior índice de crescimento.

(Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil)



Em todo o país, apenas oito estados tiveram alta no comércio maior que a média nacional. O Rio Grande do Sul figura como a quinta maior taxa de crescimento.

Internacional Pág.05

China rebate críticas da Otan e defende que aliança não crie 'caos' na Ásia

Política Pág.03

Ipec mostra crescimento da avaliação positiva do governo Lula para 37%

Política Pág.03

PF volta a investigar rede de espionam montada no governo Bolsonaro

Esquema usou sistemas da Abin para monitorar autoridades e produzir fake news

Agentes da PF cumpriram ontem, 11, cinco mandados de prisão preventiva e sete de busca e apreensão, na 4ª fase da Operação Última Milha, que investiga a organização criminosa montada no governo Bolsonaro para monitorar ilegalmente autoridades públicas, além de produzir notícias falsas, utilizando-se de sistemas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Economia Pág.04

Produção de motos no País cresce 13,5% no 1º semestre

Dados da Abraciclo divulgados ontem, 11, mostram que a produção de motos no País cresceu 13,5% no primeiro semestre deste ano ante o mesmo período do ano passado, com 868.076 unidades produzidas, no melhor desempenho para o setor no período desde 2012.

Contexto Jurídico Pág.10

Condenações de pré-candidatos são confirmadas pelo STJ: Como isso afeta as eleições de 2024?

Internacional Pág.05

Nancy Pelosi sinaliza que Biden pode reconsiderar candidatura depois de debate contra Trump

Política Pág.03

Áudio flagra Bolsonaro, Heleno e Ramagem em plano para livrar Flávio

Objetivo era sabotar inquérito das 'rachadinhas'

(Foto: Valter Campanato/Agência Brasil)



O então ministro-chefe do GSI, Augusto Heleno, durante solenidade de posse de Alexandre Ramagem como diretor-geral da Abin no governo Bolsonaro, em 11 de julho de 2019.

O ex-presidente Bolsonaro, o general Augusto Heleno, então chefe do Gabinete de Segurança Institucional, e o ex-chefe da Abin-Agência Brasileira de Inteligência, Alexandre Ramagem, articulavam um plano para sabotar e anular o inquérito que investigou as rachadinhas - investigação que fechou o cerco ao senador Flávio Bolsonaro. É o que mostra um áudio, que teria sido gravado pelo próprio Ramagem, com mais de 1 hora de duração, encontrado pela PF durante as investigações da Operação Última Milha, que apura a montagem de um esquema de espionagem de autoridades públicas montado no governo Bolsonaro. O áudio revela uma ação clandestina "urgente" que foi determinada "seguindo o modus operandi da organização criminosa para descobrir 'podres e relações políticas' dos auditores" envolvidos na investigação contra Flávio, segundo a PF.

Internacional Pág.05

Aliados da Otan enviam primeiros caças F-16 para guerra na Ucrânia

Esportes Pág.08

Confusão em campo: Conmebol critica atos de violência no jogo

Economia Pág.04

CNI mantém previsão de alta do PIB deste ano de 2,4%

Esportes Pág.08

São Paulo será palco de emocionante corrida sprint da Fórmula 1

Política Pág.03

Bolsonaro tenta acesso à delação de Cid sobre caso do desvio das joias

Esportes Pág.08

Em Paris-2024, Brasil terá 277 atletas representando o país

Economia Pág.04

Vendas do varejo superam previsões e crescem 1,2% em maio

Superando todas as previsões, as vendas do comércio varejista nacional avançaram 1,2% em maio ante abril, na série com ajuste sazonal, informou ontem, 11, o IBGE. Ante maio de 2023, sem ajuste sazonal, a alta foi de 8,1%. No ano, as vendas do varejo restrito acumularam crescimento de 5,6%. Em 12 meses, houve alta de 3,4%.

MEDICAÇÃO GRATUITA

Mais dez medicamentos foram incluídos no **Programa Farmácia Popular**. São remédios para tratamento de doença de Parkinson, colesterol alto, glaucoma e rinite



Pelo menos **3 milhões de participantes** do programa poderão economizar até R$ 400 por ano

Esses medicamentos já estavam no programa, mas os usuários tinham de pagar uma porcentagem do valor deles

NOVOS MEDICAMENTOS GRATUITOS

COLESTEROL ALTO
- Sinvastatina 10mg
- Sinvastatina 20mg
- Sinvastatina 40mg

DOENÇA DE PARKINSON
- Carbidopa 25mg + levodopa 250mg
- Cloridrato de benserazida 25mg + levodopa 100mg

GLAUCOMA
- Maleato de timolol 2,5mg
- Maleato de timolol 5mg

RINITE
- Budesonida 32mcg
- Budesonida 50mcg
- Dipropionato de beclometasona 50mcg/dose

COMO PEGAR A MEDICAÇÃO
- Ir a um estabelecimento credenciado a Farmácia Popular
- Levar um documento oficial de identidade com foto e número do CPF
- Levar a receita médica dentro do prazo de validade, emitida pelo SUS ou médico particular

Para a retirada das fraldas geriátricas, é preciso que o paciente tenha mais de 60 anos ou seja pessoa com deficiência e apresente prescrição, laudo ou atestado comprovando a necessidade do uso das fraldas

FONTE Ministério da Saúde | INFOGRAFFO

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

ESPORTES



Ministério do Esporte repudia tiro de PM em goleiro: 'Ação desproporcional e violenta'

https://shre.ink/DoKT

Leis e Projetos Pág.02

Energia renovável: Projeto promove mudança na cobrança de impostos para impulsionar setor limpo

INDICADORES FINANCEIROS

Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,46%
IGP-M (FGV) - mês	0,89%
IPC (FIPE) - mês	0,26%
TR pré	0,0703%
Taxa básica financeira - TBF	0,8042%
Ibovespa (pontos)	126.267
Poupança (mês)	0,58%
CDB pré 30 dias - ano	10,10%
CDB pré 90 dias - ano	10,13%
CDI acumulado - mês	0,12%
CDI anualizado	10,40%
Dólar comercial	R$ 5,4610/R$ 5,4620
Dolar turismo	R$ 5,4970/R$ 5,6770
Euro turismo	R$ 5,9210/R$ 5,9210



LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Proposta estende meia-entrada para estudantes de cursinhos e idiomas

O Projeto de Lei 1076/24, em análise na Câmara dos Deputados, propõe estender o benefício da meia-entrada para os inscritos em cursos de idiomas, cursos preparatórios para concursos públicos, Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e outras formas de seleção. Essa iniciativa modifica o Estatuto da Juventude e a Lei 12.933/13, que regula a meia-entrada em eventos culturais e esportivos para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens carentes de 15 a 29 anos.

O deputado Túlio Gadêlha (Rede-PE), autor da proposta, destacou que a extensão da meia-entrada não apenas reconhece a busca contínua pelo conhecimento, mas também promove a inclusão e o desenvolvimento pessoal desses alunos. O projeto seguirá para análise nas comissões de Educação, Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Caso seja aprovado nessas instâncias, poderá ser votado em caráter conclusivo, dispensando a necessidade de votação em Plenário, mas ainda precisará ser aprovado pelo Senado para se tornar lei.

PL altera regras de anulação de despesas não obrigatórias no Orçamento de 2024

O Poder Executivo submeteu ao Congresso um projeto de lei que modifica a Lei Orçamentária de 2024 (Lei 14.822/24) com o objetivo de flexibilizar as regras para suplementação de despesas obrigatórias. O Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 19/24 atualmente limita a anulação de despesas não obrigatórias a 30% para suplementação de outras despesas.

No entanto, o projeto propõe ultrapassar esse limite quando a anulação envolver despesas não obrigatórias que já estejam bloqueadas para cumprimento dos limites de gastos do arcabouço fiscal (Lei Complementar 200/23). A justificativa é que as dotações bloqueadas devem ser utilizadas prioritariamente para atender às despesas obrigatórias.

Além disso, a proposta também promove alterações nos anexos do Supremo Tribunal Federal e do Ministério das Relações Exteriores em relação às despesas com pessoal. O STF busca ajustar suas despesas internas para criar 160 funções comissionadas, enquanto no Ministério das Relações Exteriores, haverá um ajuste para preencher 27 cargos já previstos. O projeto seguirá para análise na Comissão Mista de Orçamento e, posteriormente, será apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado.

Projeto prevê empréstimo a juros zero para revitalização de fachadas do patrimônio histórico

O Projeto de Lei 1037/24 propõe a criação da Política Nacional de Incentivo à Reforma e Modernização de Residências, com o objetivo de revitalizar as fachadas de imóveis históricos em áreas metropolitanas. Eis os principais pontos do projeto:

1. Subsídio para Reforma de Fachadas:

• O governo federal subsidiará recursos para a reforma de fachadas por meio de empréstimos a juros zero concedidos pelas instituições financeiras oficiais.

• Os beneficiários elegíveis são proprietários de residências urbanas que necessitam de reforma e modernização, especialmente nas regiões metropolitanas.

2. Padrões Estéticos e Técnicos:

• As obras beneficiadas pela política deverão seguir padrões estéticos e técnicos definidos pelos órgãos competentes.

• O objetivo é valorizar o patrimônio histórico e arquitetônico das cidades.

3. Fiscalização e Implementação:

• A fiscalização das reformas ficará a cargo das instituições que oferecem linhas de crédito, como o BNDES e outros bancos públicos, bem como dos órgãos municipais de planejamento urbano.

4. Importância Cultural e Turística:

• O autor do projeto, deputado Clodoaldo Magalhães (PV-PE), destaca que a preservação e revitalização das fachadas históricas são essenciais para proteger a identidade cultural e promover o turismo sustentável. O projeto seguirá para análise nas comissões de Desenvolvimento Urbano, Finanças e Tributação, e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Projeto altera regras de anulação de despesas não obrigatórias no Orçamento de 2024

O Poder Executivo submeteu ao Congresso um projeto de lei que modifica a Lei Orçamentária de 2024 (Lei 14.822/24) com o objetivo de flexibilizar as regras para suplementação de despesas obrigatórias. O Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 19/24 atualmente limita a anulação de despesas não obrigatórias a 30% para suplementação de outras despesas.

No entanto, o projeto propõe ultrapassar esse limite quando a anulação envolver despesas não obrigatórias que já estejam bloqueadas para cumprimento dos limites de gastos do arcabouço fiscal (Lei Complementar 200/23). A justificativa é que as dotações bloqueadas devem ser utilizadas prioritariamente para atender às despesas obrigatórias.

Além disso, a proposta também promove alterações nos anexos do Supremo Tribunal Federal e do Ministério das Relações Exteriores em relação às despesas com pessoal. O STF busca ajustar suas despesas internas para criar 160 funções comissionadas, enquanto no Ministério das Relações Exteriores, haverá um ajuste para preencher 27 cargos já previstos.

O projeto seguirá para análise na Comissão Mista de Orçamento e, posteriormente, será apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

ICP Brasil

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

FUNDAÇÃO VANZOLINI TIRAGEM AUDITADA ANATEC

Câmara entrega Prêmio Zilda Arns em homenagem a defensores dos direitos dos idosos

A 2ª Secretaria da Câmara dos Deputados realizou a cerimônia de entrega do Prêmio Zilda Arns de 2024, em reconhecimento a pessoas e instituições que contribuíram ativamente para a defesa dos direitos das pessoas idosas. A premiação, organizada pela Segunda-Secretaria da Câmara, homenageia a médica pediatra Zilda Arns Neumann, uma das fundadoras da Pastoral da Criança e defensora de causas humanitárias e sanitárias. O prêmio consiste em um diploma de menção honrosa, concedido anualmente a até cinco homenageados, cujos nomes são decididos em votação pelos deputados. Os agraciados de 2024 foram os seguintes:

• Associação Assunção (GO), indicada pela deputada Flávia Morais (PDT-GO)

• Associação Beneficente Cristã Casa de Maria (MG), indicada pelo deputado Pedro Aihara (PRD-MG)

• Centro de Atendimento para Pessoa Idosa com Alzheimer e Familiares (RJ), indicado pela deputada Laura Carneiro (PSD-RJ)

• Irmã Silvia Vecellia (MS), indicada pelo deputado Geraldo Resende (PSDB-MS)

(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)



Maria do Rosário: "Saudamos a conquista da longevidade".

• Universidade Aberta da Terceira Idade (Unati) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), indicada pelo deputado Reimont (PT-RJ) Em 2023, o Papa Francisco também foi homenageado com esse prêmio. A 2ª secretária da Câmara, deputada Maria do Rosário (PT-RS), destacou que os agraciados representam um conjunto de iniciativas no Brasil que seguem o mesmo princípio de cuidado com o próximo, conforme preconizado por Zilda Arns.

Ela ressaltou a importância de assegurar a escuta dos idosos e eliminar as limitações que muitas vezes surgem pela falta de cuidados. Para o deputado Pedro Aihara (PRD-MG), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, o prêmio é a materialização do trabalho desenvolvido pelos agraciados ao longo de toda uma vida, além de ser um momento de reconhecimento, celebração e glória.

Projeto muda cobrança de imposto em propriedade usada para gerar energia limpa

(Foto: Elio Rizzo/Câmara dos Deputados)



Jonas Donizette, o autor da proposta.

O Projeto de Lei Complementar 8/24 propõe uma mudança na cobrança de impostos para propriedades com mais de 80% da área ocupada por parques de geração de energia eólica ou solar. De acordo com a proposta, essas propriedades seriam tributadas pelo Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) em vez do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), independentemente da localização do imóvel.

A principal diferença entre o ITR e o IPTU é que o ITR incide apenas sobre a área ocupada pelas instalações de geração de energia, não considerando a área total do imóvel. Enquanto o ITR é de competência federal, os municípios podem assumir sua fiscalização e cobrança por meio de convênio com a União. Por outro lado, o IPTU é um imposto municipal calculado com base no valor venal do imóvel, levando em conta sua localização, tamanho e uso.

O deputado Jonas Donizette (PSB-SP), autor da proposta, destaca que a flexibilidade do Código Tributário Nacional tem permitido que municípios cobrem IPTU sobre imóveis com plantas de energia eólica e solar, mesmo em áreas sem urbanização adequada e distantes dos centros urbanos. A mudança proposta visa evitar abusos, como a instalação de pequenas plantas solares em residências para escapar do IPTU.

Agora, o projeto seguirá para análise nas comissões de Minas e Energia, Finanças e Tributação, e Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Caso seja aprovado nessas instâncias, será encaminhado para o Plenário.

Ministro pede apoio parlamentar para garantir programa de proteção de defensores de direitos humanos

O ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, está buscando apoio dos deputados para garantir orçamento destinado ao programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas de morte, especialmente defensores dos direitos humanos. Ele ressaltou que o assassinato desses defensores é uma preocupação significativa no Brasil, especialmente em áreas rurais.

Em uma reunião na Câmara dos Deputados com membros da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, Silvio Almeida também solicitou apoio para evitar contingenciamento de recursos destinados aos fundos de direitos das crianças e adolescentes, bem como aos fundos da pessoa idosa durante as discussões do orçamento de 2025.

(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)



Ministro Silvio Almeida e a deputada Daiana Santos.

Uma das principais iniciativas é a criação de centros de referência em direitos humanos nos municípios. Esses centros têm como objetivo atender a população em casos de violação de direitos e orientar sobre como acessar seus direitos, funcionando como um "Disque 100 presencial". Além disso, o ministério prioriza a criação de pontos de apoio para a população de rua, incluindo locais de higienização e lavanderias.

Silvio Almeida destacou que o orçamento efetivo do Ministério dos Direitos Humanos para 2024 é de R$ 312 milhões, o que é menor do que o orçamento do Ministério do Esporte. Ele reforçou que o fortalecimento dos programas de proteção, a construção dos centros de referência e o desenvolvimento de políticas para crianças, adolescentes e idosos são as prioridades da pasta.

Além disso, o ministro defende a regulamentação dos conselhos tutelares, apoiando projetos já em análise no Congresso Nacional, como o projeto de lei (PL 2474).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

PF acha áudio de Ramagem com Bolsonaro com plano para anular o inquérito das 'rachadinhas'

Com o avanço das investigações da Operação Última Milha, a Polícia Federal encontrou um áudio de uma reunião em que o ex-presidente Bolsonaro, o general Augusto Heleno (então chefe do Gabinete de Segurança Institucional, ao qual a Abin é subordinada) e o ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência Alexandre Ramagem discutem um plano para anular o inquérito das rachadinhas - investigação que fechou o cerco ao senador Flávio Bolsonaro, filho 01 do ex-chefe do Executivo.

A gravação remonta um encontro realizado em agosto de 2020, também com a participação da advogada de Flávio. A conversa citou os auditores da Receita responsáveis pelo relatório de inteligência fiscal que baseou a investigação do caso Queiroz - revelado pelo Estadão.

Segundo a PGR, Ramagem diz, no áudio, que "seria necessária a instauração de um procedimento administrativo contra os auditores da Receita, com o objetivo de anular a investigação, bem como a retirada de alguns auditores de seus respectivos cargos".

(Foto: Valter Campanato/Agência Brasil)



O áudio teria sido gravado pelo próprio Ramagem.

O áudio tem mais de uma hora de duração. A reunião teria sido gravada pelo próprio Ramagem.

Na representação de 187 páginas pela abertura da quarta fase da Última Milha, a PF diz que Ramagem teria determinado o monitoramento dos três auditores fiscais autores do RIF.

A ação clandestina era "urgente" e foi executada "seguindo o modus operandi da organização criminosa para descobrir 'podres e relações políticas' dos auditores", segundo a PF.

O levantamento ilegal deveria ser "jogado num word somente", o que, segundo os investigadores, revela o caráter de extra-oficialidade da ação.

Segundo a PF, as diligências foram realizadas em novembro de 2020. Os achados foram repassados a Ramagem em dezembro daquele ano.

PF investiga grupo que usava sistema da Abin para espionagem

(Foto: Polícia Federal/divulgação)



Organização monitorava ilegalmente autoridades públicas.

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem (11) a 4ª fase da Operação Última Milha, com o objetivo de desarticular a organização criminosa montada no governo Bolsonaro para monitorar ilegalmente autoridades públicas, além de produzir notícias falsas, utilizando-se de sistemas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

De acordo com o processo, policiais e delegados da PF que estavam cedidos para a Abin, além de servidores do órgão, também teriam participado da organização criminosa conhecida como "Abin paralela".

Ontem, policiais federais cumpriram cinco mandados de prisão preventiva e sete mandados de busca e apreensão, expedidos pelo STF, nas cidades de Brasília, Curitiba, Juiz de Fora (MG), Salvador e São Paulo.

Em nota, a PF informou que membros dos Três Poderes e jornalistas foram alvos do grupo, "incluindo a criação de perfis falsos e a divulgação de informações sabidamente falsas". "A organização criminosa também acessou ilegalmente computadores, aparelhos de telefonia e infraestrutura de telecomunicações para monitorar pessoas e agentes públicos".

Os investigados, segundo a corporação, podem responder pelos crimes de organização criminosa, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, interceptação clandestina de comunicações e invasão de dispositivo informático alheio.

Entenda

A primeira fase da Operação Última Milha foi deflagrada pela PF em outubro do ano passado. À época, a corporação informou que investigava o uso indevido de sistema de geolocalização de dispositivos móveis sem a devida autorização judicial por servidores da própria Abin.

"De acordo com as investigações, o sistema de geolocalização utilizado pela Abin é um software intrusivo na infraestrutura crítica de telefonia brasileira. A rede de telefonia teria sido invadida reiteradas vezes, com a utilização do serviço adquirido com recursos públicos", destacou a PF à época.

Avaliação positiva do governo Lula é de 37%, aponta Ipec; reprovação é de 31%

A avaliação positiva do governo de Lula é de 37%, segundo pesquisa Ipec (antigo Ibope) divulgada ontem, 11. O resultado é quatro pontos percentuais maior do que o indicado no levantamento anterior do instituto, realizado em março deste ano.

Outros 31% rejeitam a gestão de Lula. Em março, eram 32% - variação dentro da margem de erro da pesquisa, de dois pontos porcentuais. Para 31%, o governo é "regular", enquanto 2% não souberam ou não quiseram responder. O Ipec entrevistou 2.000 pessoas com 16 anos ou mais em 129 municípios do País entre os dias 4 e 8 de julho.

A melhora dos índices gerais de avaliação foram alavancados por segmentos da população como os residentes da região Nordeste e os detentores de renda familiar de até um salário mínimo. Entre nordestinos, a avaliação positiva cresceu dez pontos percentuais: em março, era de 43% e, em quatro meses, foi a 53%. Entre os mais pobres, no mesmo período, a avaliação do governo como "ótimo" ou "bom" foi de 39% para 48%.

(Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil)



Aprovação da gestão do petista cresceu quatro pontos porcentuais desde o último levantamento do instituto, em março, enquanto rejeição oscilou dentro da margem de erro.

Os moradores do Nordeste e a população com menor renda são dois dos estratos nos quais o presidente Lula tem maior aprovação. O petista também apresenta avaliação positiva elevada entre católicos (44%), pessoas com ensino fundamental (48%), pessoas com idade acima dos 60 anos (48%) e entre quem declara ter votado em Lula na eleição presidencial de 2022 (66%).

Bolsonaro pede ao STF acesso à delação de Cid no caso das joias sauditas

Advogados do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL) pediram, quarta-feira, 10, ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes acesso à delação do tenente-coronel Mauro Cid no caso das joias sauditas - o caso foi revelado pelo Estadão em 2023.

De acordo com relatório da Polícia Federal (PF), Cid diz ter vendido dois relógios, uma caneta e um conjunto de abotoaduras que ganhou, enquanto ex-ajudante de ordens da Presidência, em viagem oficial ao Oriente Médio, em outubro de 2019. Os itens vendidos por Cid foram avaliados em mais de US$ 10.000.

Defensores de Bolsonaro esperam o deferimento de Moraes para acesso irrestrito aos "autos principais e pertinentes apensos/anexos relativos ao acordo de colaboração premiada firmada por Mauro Cid".

Eles pediram ainda na petição registro integral de dados, imagens, áudios e vídeos "de todos os atos da referida colaboração premiada, inclusive das negociações e depoimentos prévios à celebração e homologação do acordo".

Na semana passada, Bolsonaro foi indiciado por supostos crimes de peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro. Em outro documento enviado ao STF na quarta, advogados do ex-presidente solicitaram acesso aos documentos que foram utilizados para a conclusão da PF pelo indiciamento de Bolsonaro.

Projeto que regulamenta atividade espacial no País vai à sanção presidencial

O Senado aprovou nesta quarta-feira, 10, o projeto de lei que regulamenta as atividades espaciais no País. A proposta segue para a sanção presidencial. O texto estabelece regras para a exploração espacial e a possibilidade da investimento privado no setor.

O senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), relator do projeto, afirmou que a criação da lei é "esperada por décadas" e de extrema importância para o desenvolvimento do segmento em território nacional.

"Isso vai gerar muitos recursos para o País, vai gerar empregos. Isso vai trazer o desenvolvimento dos meios de espaço, seja através de satélites, foguetes-lançadores, infraestrutura de lançamento e controle", disse Marcos Pontes, sobre o projeto de autoria do deputado Pedro Lucas Fernandes (União-MA).

Entre as diretrizes estabelecidas na proposta, estão a permissão para o transporte de materiais e o turismo de pessoas no espaço, além do desenvolvimento de tecnologias e equipamentos espaciais, como satélites e foguetes, e a exploração dos corpos celestes.

O estatuto permite que o poder público e a iniciativa privada atuem no ramo e estabelece que as verbas resultantes da atividade sejam utilizadas para pesquisa e manutenção do setor.

Ficará a cargo do Comando da Aeronáutica a fiscalização e a regulamentação das atividades espaciais, enquanto o Ministério da Defesa analisará os assuntos ligados à segurança do País. As ações civis serão administradas pela Agência Espacial Brasileira (AEB), e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autorizará demais atividades.

Operação Churrascada: desembargador pede à PF para ser ouvido e esclarecer 'todos os fatos'

O desembargador Ivo de Almeida, do Tribunal de Justiça de São Paulo, pediu à Polícia Federal que marque data para seu depoimento nos autos da Operação Churrascada - investigação que põe o magistrado sob suspeita de ligação com esquema de venda de sentenças. Ele alega que já se passaram mais de 20 dias desde a deflagração da operação e ainda não foi ouvido.

A petição, subscrita pelos advogados que representam Ivo - os criminalistas Átila Machado e Luiz Augusto Sartori de Castro - é endereçada à Delegacia de Repressão à Corrupção e a Crimes Financeiros, braço da PF.

Aos 66 anos, desde 1987 na carreira, Ivo de Almeida é presidente afastado da 1.ª Câmara de Direito Criminal do TJ. Seu afastamento do cargo, por um ano, foi decretado pelo ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça.

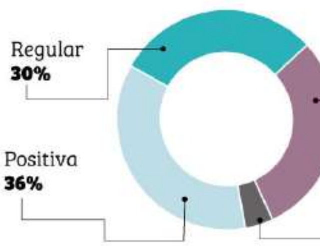
A Operação Churrascada fez buscas no gabinete e na residência do desembargador. Os agentes apreenderam celulares, computador e R$ 170 mil em espécie.

As suspeitas indicam que Ivo teria mantido 'rachadinha' com funcionários da Câmara Criminal e até acertado receber R$ 1 milhão para favorecer um aliado de Fernandinho Beira Mar, narcotraficante que está preso sob segurança máxima. O ajuste não foi concretizado, segundo os investigadores, porque haveria necessidade de corromper pelo menos mais um desembargador.

Os advogados Átila Machado e Luiz Augusto Sartori de Castro informaram que ainda não tiveram acesso aos autos da Operação Churrascada. Eles destacam na petição à PF que o desembargador 'elucidará todos os fatos, rechaçando qualquer pecha de ilicitude que possa recair sobre sua conduta'.

Ao Estadão, os criminalistas sustentam que Ivo de Almeida jamais participou de venda de sentenças e que todas as suspeitas são improcedentes. "Isso ficará amplamente provado. Ivo de Almeida é um desembargador correto, inocente, um homem de bem. Quando ele for ouvido todas as suspeitas serão eliminadas", afirma Átila Machado.

AVALIAÇÃO DO GOVERNO





AVALIAÇÃO DO TRABALHO DO PRESIDENTE LULA	
Aprova	54%
Desaprova	43%
Não sabe	4%

NOS ÚLTIMOS 12 MESES, A ECONOMIA DO BRASIL...	
Piorou	36%
Ficou como estava	32%
Melhorou	28%

FONTE Quaest/Genial INFOGRAFFO

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



Safra 2024 terá produção maior de algodão, feijão, arroz e trigo, afirma IBGE

O Brasil deve colher mais arroz, feijão, algodão e trigo em 2024, mas menos soja, milho e sorgo. Os dados são do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de junho, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas deve somar 295,9 milhões de toneladas em 2024, queda de 6,2% em relação a 2023, 19,5 milhões de toneladas a menos.

Para o ano de 2024, a produção de soja deve recuar 3,4%, enquanto a de sorgo deve encolher 10,4%. A expectativa é de uma produção de milho 13,3% inferior, devido a reduções de 15,0% no milho de 1ª safra e de 12,8% no milho de 2ª safra.

Por outro lado, são esperados aumentos, em relação ao desempenho de 2023, na produção de algodão herbáceo (9,8%), arroz (4,1%) feijão (9,0%) e trigo (23,7%).

A estimativa para a soja é que alcance uma produção de 146,8 milhões de toneladas em 2024. O milho deve somar 113,7 milhões de toneladas, sendo 23,6 milhões de toneladas de milho na 1ª safra e 90,1 milhões de toneladas de milho na 2ª safra. A produção do arroz foi estimada em 10,7 milhões de toneladas, e a de feijão, em 3,2 milhões de toneladas. A produção de trigo alcançaria 9,6 milhões de toneladas em 2024, a do algodão herbáceo totalizaria um recorde de 8,5 milhões de toneladas, e a do sorgo, 3,9 milhões de toneladas.

Abraciclo: produção de motos sobe 13,5% no 1º semestre; setor tem melhor desempenho desde 2012

A produção de motos no País cresceu 13,5% no primeiro semestre deste ano, na comparação com o mesmo período de 2023, informou ontem, 11, a Abraciclo, entidade que representa as montadoras de motos do polo industrial de Manaus (AM), onde se concentra a maior parte da produção nacional do veículo. Entre janeiro e junho foram produzidas 868.076 unidades, melhor desempenho para o setor no período desde 2012.

Só no mês de junho, houve alta de 11,5% na produção em relação ao mesmo mês de 2023. Na comparação com maio deste ano, porém, houve recuo de 33,8% na produção, mas a retração já era esperada devido ao período de férias coletivas em algumas empresas associadas, informou a Abraciclo.

Durante a coletiva de apresentação dos dados, o presidente da associação, Marcos Bento, afirmou que o cenário "continua favorável" para o setor, a despeito de algumas adversidades pontuais, como a recente pressão vista sobre o câmbio nas últimas semanas. "A moto continua sendo um produto de uso profissional muito eficiente na questão da relação do uso com o preço do combustível", reforçou.

Apesar do cenário favorável até aqui, a Abraciclo não alterou, por ora, sua projeção para a produção no ano, que segue de 1,69 milhão de unidades. A manutenção do cenário, detalhou Marcos Bento, reflete a queda no volume de exportações observada no primeiro semestre, que contraiu 23,5% em relação a 2023, além de fatores climáticos, que podem afetar a produção à frente.

(Foto: Arquivo/Agência Brasil)



Só no mês de junho, houve alta de 11,5% na produção em relação ao mesmo mês de 2023.

Vendas

As vendas de motocicletas cresceram 19,6% no primeiro semestre, melhor desempenho registrado nos últimos 17 anos, de acordo com a Abraciclo. No total 933.158 unidades foram licenciadas no período.

Haddad e Janja divulgam vídeo para explicar inclusão de pets na reforma tributária

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a primeira-dama, Janja Lula da Silva, divulgaram um vídeo para explicar a inclusão de mudanças no texto da reforma tributária para contemplar planos de saúde para pets. A demanda partiu da apresentadora Xuxa Meneghel, que entrou em contato com Janja. A primeira-dama, por sua vez, intermediou o contato com a Fazenda

"Hoje você tem uma indústria nascente de planos de saúde para animais e o projeto que a gente encaminhou, eu não tinha percebido que falamos de saúde humana, mas não falamos de saúde animal", disse Haddad. Ele comentou que, após o intermédio de Xuxa, ele recebeu empresários na Fazenda para esclarecer as demandas. Esses pedidos foram levados aos deputados do grupo de trabalho da reforma tributária, que acataram o pedido.

"O GT achou por bem incorporar a proposta equiparando, resumidamente, o plano de saúde à situação fiscal do veterinário, que tem um desconto. Esse desconto se reflete no plano de saúde animal, que vai ficar mais barato", disse Haddad.

Projeção da CNI de crescimento do PIB é mantida em 2,4% para 2024

(Foto: CNI/Divulgação)



Quanto a expectativa para investimentos em 2024, aumentou de 2,8% para 4% frente a 2023

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) informou ontem, 11, que a projeção da entidade para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2024 foi mantida em 2,4%, de acordo com o Informe Conjuntural do segundo trimestre deste ano.

Por outro lado, houve revisão positiva de 2,1% para de 2,3% na projeção do PIB industrial para este ano. A instituição também aponta para aumento de 2,8% no consumo das famílias. No primeiro trimestre, a expectativa era de 2,5%.

"Embora a previsão da CNI para o PIB seja de manutenção do impulso à atividade econômica, o cenário atual mostra incertezas para esse ritmo de crescimento", cita o documento da CNI.

Outro dado apresentado é expectativa para investimentos em 2024, que aumentou de 2,8% para 4% frente a 2023. O relatório ressalta, contudo, que o crescimento de 4,1% em investimentos verificado no primeiro trimestre, conforme dado do IBGE, foi influenciado pela base de comparação fraca de 2023, quando o indicador caiu 3%. Em contrapartida, há taxas de juros menores na comparação com 2023.

Apesar das quedas apresentadas pela indústria de transformação em maio, com as enchentes do Rio Grande do Sul e as greves no setor automotivo, a CNI avalia que o setor ainda será beneficiado pelo aumento da demanda interna e prevê crescimento de 2,2% em 2024. No início do ano, a expectativa era de alta em 1,7%.

O desempenho da indústria da construção em 2024, que concentra parte dos investimentos, está sendo influenciado por fatores como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pelas mudanças no programa Minha Casa, Minha Vida.

Crédito

Já para o mercado de crédito, a CNI prevê que as concessões totais devem aumentar 6,2% este ano. As reduções da Selic em reuniões passadas do Comitê de Política Monetária (Copom) e o aumento da massa de rendimentos reais são fatores apresentados para esse cenário positivo.

Vendas do varejo sobem 1,2% em maio ante abril, revela IBGE

As vendas do comércio varejista subiram 1,2% em maio ante abril, na série com ajuste sazonal, informou ontem, 11, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado superou o teto das estimativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que esperavam desde uma queda de 2,0% a alta de 0,7%, com mediana negativa de 0,5%.

Na comparação com maio de 2023, sem ajuste sazonal, as vendas do varejo tiveram alta de 8,1% em maio de 2024. Nesse confronto, as projeções iam de uma elevação de 1,8% a 6,1%, com mediana positiva de 4,4%.

As vendas do varejo restrito acumularam crescimento de 5,6% no ano, que tem como base de comparação o mesmo período do ano anterior. Em 12 meses, houve alta de 3,4%.

Quanto ao varejo ampliado - que inclui as atividades de material de construção, veículos e atacado alimentício -, as vendas subiram 0,8% em maio ante abril, na série com ajuste sazonal. O resultado superou a mediana das previsões do mercado, que apontava queda de 0,5%. O intervalo das estimativas ia de queda de 1,5% a alta de 1,1%.

Na comparação com maio de 2023, sem ajuste, as vendas do varejo ampliado tiveram alta de 5,0% em maio de 2024. Nesse confronto, as projeções variavam de uma elevação de 0,1% a 4,3%, com mediana positiva de 1,9%.

As vendas do comércio varejista ampliado acumularam alta de 4,8% no ano e aumento de 3,7% em 12 meses.

Reforma tributária: deputados amenizam benefício a montadoras do Nordeste em novo parecer

O benefício extra concedido a montadoras instaladas na Região Nordeste será reduzido em nova versão do texto da regulamentação da reforma tributária, a ser apresentado nas próximas horas. A modificação foi antecipada pelo relator de plenário, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que classificou a saída como "coluna do meio".

"Vamos fazer um acordo, vamos para o meio. Você podia ter uma interpretação dos benefícios, de ser conforme se está encerrando, ou reiniciar o benefício como iniciava (no topo). Vamos para a coluna do meio", disse ele.

Pelo acordo que está sendo costurado, o crédito presumido (a ser abatido do imposto do automóvel) concedido a montadoras instaladas no Nordeste será de 11,60%, e não mais de 14,5%.

Como informou o Estadão, a primeira versão da regulamentação da reforma tributária havia ampliado benefícios para as montadoras instaladas no Nordeste, notadamente a BYD, na Bahia, e a Stellantis, em Pernambuco.

A equipe econômica propôs que o benefício tributário - uma renúncia no recolhimento de impostos - começasse em 8,7% em 2027 e fosse decaindo gradualmente até chegar a 1,74% em 2032, último ano de vigência do regime automotivo do Nordeste.

Na semana passada, o parecer do grupo de trabalho da Câmara mudou a interpretação, alegando que as regras do regime automotivo do Nordeste concedem o benefício tributário a cada produto vendido de acordo com a data do seu lançamento.

Por essa interpretação, no primeiro ano de um carro recém-lançado, o benefício tributário a este veículo deveria ser de 14,5%, independentemente do ano em que isso aconteça. Ou seja, se lançado em 2027, em vez de 8,7% de benefício tributário, como propôs a Fazenda, este automóvel seria vendido com um benefício tributário de 14,5%, quase o dobro.

Pelo acordo revelado por Lopes nesta quarta-feira, 10, esse porcentual inicial foi reduzido para 11,6% no ano de lançamento do automóvel. O benefício cai para 10% entre o segundo e quarto ano; e para 8,7% no quinto ano do lançamento do automóvel.

PepsiCo supera previsão de lucro, mas decepciona em receita; no pré-mercado, ação cai 1,6%

A PepsiCo anunciou nesta quinta-feira (11) que teve lucro líquido de US$ 3,08 bilhões no segundo trimestre de 2024, maior do que o ganho de US$ 2,75 bilhão apurado em igual período do ano passado.

Na mesma comparação, o lucro por ação da empresa americana de bebidas e alimentos subiu de US$ 1,99 para US$ 2,23. Com ajustes, o ganho por ação foi de US$ 2,28 entre abril e junho, superando a expectativa de analistas consultados pela FactSet, de US$ 2,16.

Já a receita da multinacional teve avanço anual de 0,8% no trimestre, a US$ 22,5 bilhões, mas ficou abaixo da previsão da FactSet, de US$ 22,59 bilhões.

Para 2024, a PepsiCo revisou sua previsão para o avanço da receita orgânica para "aproximadamente" 4%. Antes, era de "pelo menos" 4%.

Às 7h23 (de Brasília), a ação da PepsiCo caía 1,6% nos negócios do pré-mercado em Nova York.

Delta lucra menos que o esperado e decepciona em projeção de receita

A Delta Air Lines teve lucro líquido de US$ 1,31 bilhão no segundo trimestre de 2024, equivalente a US$ 2,01 por ação, menor que o ganho de US$ 1,83 bilhão (US$ 2,84 por ação) apurado no mesmo período do ano passado, segundo balanço divulgado ontem, 11.

Com ajustes, a companhia aérea americana registrou lucro por ação de US$ 2,36 entre abril e junho, ligeiramente abaixo da previsão de analistas consultados pela FactSet, de US$ 2,37.

Já a receita teve expansão anual de 6,9% no trimestre, a US$ 16,67 bilhões, superando o consenso da FactSet, de US$ 15,45 bilhões.

Para o trimestre atual, a Delta prevê avanço da receita de 2% a 4%. A projeção da FactSet para o período é de US$ 15,36 bilhões, implicando crescimento de 5,6%.

Às 8h25 (de Brasília), a ação da Delta tombava mais de 9% nos negócios do pré-mercado em Nova York. *Com informações da Dow Jones Newswires.

Câmara aprova fundo de infraestrutura social e facilita recursos para ferrovia Transnordestina

A Câmara aprovou ontem, 11, um projeto de lei que permite ao governo criar o Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS), que terá como agente financeiro o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A votação foi simbólica, após um acordo entre os partidos no plenário, com orientação contrária somente do Novo e do PSOL.

O texto vai agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A proposta já havia sido aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, com autoria do senador Confúcio Moura (MDB-RO) e relatoria do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

A proposta também inclui uma autorização para que o Banco do Nordeste (BNB), principal agente financeiro que opera o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), renegocie termos, prazos e demais condições financeiras de operações de crédito cujos riscos são suportados pela União. O objetivo é viabilizar investimentos para a conclusão das obras da ferrovia Transnordestina.

Essas renegociações, de acordo com o relatório aprovado, não poderão resultar em aumento de risco para o agente operador além do já existente em decorrência de operação de crédito contratada até 3 de abril de 2012 para as obras da ferrovia.

"É importante dizer que essa Transnordestina, essa obra, tanto já foi financiada com recursos do FNDE, quanto com recursos privados e agora um novo empréstimo que poderá ser feito se mudarmos as regras que alteram a utilização dos recursos do FNDE", disse o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), que relatou o projeto na Câmara.

"Não estamos fazendo nenhuma incursão naquilo que possa alterar a questão fiscal, o arcabouço fiscal. Muito pelo contrário, é utilizar um recurso que já na sua criação diz que poderá ser utilizado para o financiamento de obras de infraestrutura", emendou.

O objetivo do FIIS, que será um fundo financeiro contábil, é garantir recursos para financiar investimentos em equipamentos e serviços públicos ligados às áreas de educação, saúde e segurança pública.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Nancy Pelosi sinaliza que Biden pode reconsiderar candidatura depois de debate contra Trump

A deputada democrata Nancy Pelosi, ex-presidente da Câmara e uma das aliadas mais antigas de Joe Biden, sinalizou, quarta-feira, 10, que Biden pode reconsiderar a tentativa de se reeleger depois do desastroso debate contra Donald Trump em junho.

Em entrevista ao programa Morning Joe, da emissora MSNBC, Pelosi disse que apoiaria Biden independente da decisão. Ela espera que as conversas sobre o futuro político do democrata sejam reiniciadas após a cúpula da Otan, que acontece em Washington e tem na agenda a previsão de uma entrevista coletiva nesta quinta-feira com o presidente dos Estados Unidos. Será a primeira vez que Joe Biden falará com jornalistas desde o debate

Mesmo com a repercussão negativa da sua performance no debate, Biden, de 81 anos, segue determinado a tentar a reeleição. Isso preocupa os democratas que estão no Capitólio, e os comentários de Pelosi pareciam feitos com a intenção de sugerir aos democratas mais alarmados, que estão com Biden, que há espaço para mudar de ideia.

Ante a repercussão que as declarações da democrata tiveram, Pelosi procurou o New York Times para dar maiores explicações sobre o que disse. "O presidente é ótimo, há algumas deturpações do que eu disse", declarou. "Eu nunca disse que ele deveria reconsiderar sua decisão. A decisão é do presidente. Eu não sei o que aconteceu com o The New York Times para que eles inventem notícias. Não é verdade."


(Foto: Jim Lo Scalzo)

Pelosi disse que apoiaria Biden independente da decisão.

Horas depois das declarações da deputada, o deputado Pat Ryan (democrata) se tornou o oitavo membro do partido no Congresso a pedir publicamente o afastamento de Biden. A pressão também segue entre aqueles que doaram dinheiro para a campanha do democrata, como o ator George Clooney. No início desta quarta-feira, Clooney, que em junho arrecadou US$ 28 milhões (R$ 151 milhões, na cotação atual) em Hollywood para Biden, também pediu que o presidente desista da candidatura.

Aliados da Otan enviam primeiros caças F-16 para guerra na Ucrânia


(Foto: Piroschka van de Wouw/Reuters)

Após liberação de Biden em 2023, primeiros jatos estão sendo transferidos pela Holanda e Dinamarca; Putin declarou em março que aeronaves seriam 'destruídas' pela Rússia.

Holanda e Dinamarca, países-membros da Otan, anunciaram que começaram a enviar os primeiros caças F-16 de fabricação americana para a Ucrânia. O envio das aeronaves é pedido por Kiev há muito tempo e considerado uma afronta pela Rússia.

O anúncio ocorreu no contexto da cúpula da Otan, em Washington, na qual os líderes fizeram novas promessas de ajuda em defesa para Kiev e disseram que a Ucrânia está em um "caminho irreversível" para se tornar membro da aliança militar. Os líderes também criticaram a China, pela primeira vez, por ajudar a Rússia na guerra.

Em um comunicado, a Casa Branca afirmou que os primeiros jatos prontos para voar "estão sendo transferidos" pela Holanda e Dinamarca e estariam "voando nos céus da Ucrânia" ainda neste verão (do Hemisfério Norte). EUA relutaram por mais de um ano em autorizar o envio das aeronaves.

O comunicado afirma que, por questões de segurança, não daria mais detalhes nem informaria o número de aeronaves. Segundo a Otan, Bélgica e Noruega também se comprometeram a doar aeronaves.

O presidente ucraniano, Volodmir Zelenski, que está em Washington, afirmou que esses aviões aproximam o país "de uma paz justa e duradoura".

Ele disse que a Ucrânia precisava de mais de 100 caças para começar a conter os ataques aéreos russos

Otan: China é um 'facilitador decisivo' da Rússia na invasão à Ucrânia

Em comunicado, a Otan apontou que a China é um "facilitador decisivo" da Rússia na invasão à Ucrânia. O encerramento da reunião da Organização do Tratado do Atlântico Norte que ocorreu ontem, 11, em Washington e teve como principais pontos da agenda a reunião dos chefes de Estado dos países membros, com a participação do presidente dos EUA, Joe Biden, e a entrevista coletiva do secretário-geral, Jens Stoltenberg.

O encontro da Otan ocorre em um contexto no qual a organização concordou em lançar um novo programa para prover ajuda militar e treinamento à Ucrânia e colaborar para que o país possa participar da aliança. O plano vai suplementar a colaboração de 50 países à Ucrânia para ter acesso a armamentos e treinar oficiais para enfrentar a invasão das tropas russas, iniciada em 22 de fevereiro de 2022. O atraso do Congresso dos EUA para financiar o fornecimento de equipamentos militares ao país presidido por Volodymyr Zelenskyy permitiu o avanço das tropas de Moscou no território ucraniano.


(Foto: Reuters/Johanna Geron)

O secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, falou em coletiva à imprensa após o evento.

Nos últimos dois anos, o conjunto de países criado pelos EUA para apoiar a defesa da Ucrânia contra a invasão da Rússia dedicou US$ 100 bilhões em equipamentos, armamentos e treinamento, sendo que somente o governo americano colaborou com US$ 53,6 bilhões.

China rebate críticas da Otan e defende que aliança não crie 'caos' na Ásia

A China acusou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) de buscar segurança às custas dos outros e defendeu que a aliança não deve levar o mesmo "caos" para a Ásia. Em coletiva de imprensa, um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês também recusou o título dado pela Otan para a China, de "facilitadora decisiva" da guerra da Rússia contra a Ucrânia.

"A Otan está aumentando a responsabilidade da China na questão da Ucrânia, uma ação irrazoável e que tem motivos sinistros", disse o porta-voz do ministério Lin Jian. Ele afirmou que a China tem uma posição justa e objetiva sobre a questão da Ucrânia.

A China rompeu com os Estados Unidos e seus aliados europeus em relação à guerra na Ucrânia, recusando-se a condenar a invasão da Rússia. Seu comércio com a Rússia cresceu desde a invasão, compensando, pelo menos parcialmente, o impacto das sanções ocidentais.

Em comunicado divulgado na quarta-feira, 10, a Otan afirmou que essa "parceria sem limites" e apoio em larga escala à indústria de defesa da Rússia tornaram a China uma facilitadora da guerra. Rebatendo a crítica, Lin disse que o comércio da China com a Rússia é legítimo e razoável e se baseia nas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Navio de guerra iraniano de 94 metros tomba e pode ficar seis meses inativo

Um dos mais novos navios de guerra do Irã, a fragata Sahand, de 94 metros de comprimento, virou no porto da cidade iraniana de Bandar Abbas no fim de semana enquanto passava por reparos. O incidente pode danificar os principais sistemas de combate e deixar o navio fora de serviço por até seis meses disse um analista naval em entrevista à CNN.

O incidente ocorreu após a Fragata Sahand perder o equilíbrio devido a um vazamento de água em seus tanques, informou o relatório da Agência de Notícias da República Islâmica (IRNA). Várias pessoas sofreram ferimentos leves e foram levadas para um hospital.

O analista naval Carl Schuster, ex-capitão da Marinha dos EUA, disse à emissora americana que o Irã levaria de quatro a seis meses para consertar a fragata. "A água do mar danifica gravemente os eletrônicos e entra em tudo. Então, todos os eletrônicos terão que ser removidos e limpos quimicamente para remover o sal", explicou.

Schuster acrescentou que peças mecânicas afetadas também podem levar à falha do motor se elas não forem completamente limpas.

Avião da Saudi Airlines pega fogo ao pousar com 297 pessoas a bordo

Um avião da Saudi Airlines com 297 pessoas a bordo pegou fogo durante o pouso no aeroporto de Peshawar, no Paquistão, ontem, 11. As informações são do jornal local Pakistan Observer. A companhia aérea informou que o incidente aconteceu devido a um problema no trem de pouso.

O voo SV792 saiu de Riade, capital da Arábia Saudita, com destino à cidade paquistanesa de Peshawar. Os passageiros e os membros da tripulação foram retirados do jato em segurança, afirmou a companhia aérea. "A aeronave foi imediatamente parada e as autoridades competentes foram notificadas. Todos os passageiros e tripulantes foram evacuados em segurança através do escorregador de emergência", disse a Saudi Airlines, em comunicado. A companhia não confirmou se houve feridos até o momento.

Um vídeo que mostra os passageiros e tripulantes deixando o avião por meio de um escorregador de emergência tem circulado no X, antigo Twitter.

De acordo com a companhia, fumaça saiu do trem de pouso do jato no momento da aterrissagem. "A aeronave já passa por avaliação técnica e por especialistas. Isto inclui reparos, inspeções gerais e testes para garantir a segurança", comunicou.

O controlador de tráfego aéreo acionou o corpo de bombeiros, que conseguiu apagar as chamas rapidamente, segundo informações do site Global Defense Insight.

Uganda: jovem é condenado a 6 anos de prisão por insultar presidente em vídeo no TikTok

Um jovem de 24 anos foi condenado por um tribunal de Uganda a seis anos de prisão, após insultar em um vídeo publicado no TikTok o presidente Yoweri Museveni, a primeira-dama Janet Museveni e o filho do casal, Muhoozi Kainerugaba, que é chefe das forças armadas. Segundo a BBC, Edward Awebwa foi acusado de propagar discurso de ódio e de espalhar informações "enganosas e maliciosas" no vídeo.

De acordo com emissora britânica, o tribunal também soube que Awebwa havia compartilhado informações abusivas e havia afirmado que haveria um aumento de impostos no governo do presidente Museveni. Após o ocorrido, o jovem se declarou culpado e pediu perdão. No entanto, a corte afirmou que, embora tenha implorado por misericórdia, Awebwa não parecia arrependido de suas ações, e que as palavras usadas no vídeo eram "realmente vulgares".

A BBC aponta que a juíza Stella Maris Amabilis disse que o acusado merece uma punição que lhe permita aprender com o seu passado, para que, da próxima vez, ele respeite o presidente, a primeira-dama e o seu filho. Ela impôs uma pena de seis anos por cada uma das quatro acusações contra ele, que serão cumpridas simultaneamente.

Grupos de direitos humanos denunciam regularmente as autoridades de Uganda por violações de direitos humanos e liberdade de expressão, destacou a BBC. Em 2022, o premiado autor ugandense Kakwenza Rukirabashaija sofreu duas acusações de "comunicação ofensiva", após fazer comentários pouco lisonjeiros sobre o presidente e seu filho na rede X, antigo Twitter. Ele acabou fugindo do país para a Alemanha depois de passar um mês na prisão, onde alegou ter sido torturado. A ativista e escritora Stella Nyanzi, que também está exilada, também chegou a ser presa após publicar um poema que criticava Museveni.

Em 2022, o presidente Museveni, que está no poder desde 1986, sancionou uma lei que foi criticada por grupos de direitos humanos, que diziam que o projeto tinha como objetivo suprimir a liberdade de expressão online. No ano passado, um tribunal decidiu que a seção da lei que penalizava "comunicação ofensiva" era inconstitucional, afirma a BBC.

Ainda de acordo com a emissora britânica, o advogado de direitos humanos de Uganda Michael Aboneka disse que Awebwa foi acusado sob a mesma lei que ainda está sendo contestada no tribunal porque o texto é "vago". No programa BBC Newsday, ele disse que o presidente e sua família deveriam esperar ser criticados sob "qualquer ângulo", a menos que digam que vão prender todos os ugandenses por criticá-los.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Doações fazem comércio gaúcho crescer mais que média nacional

A corrente de solidariedade em prol de doações para a população afetada pelas enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio fez com que as vendas do comércio gaúcho crescessem mais que a média nacional. Enquanto o setor varejista no país cresceu 1,2% na passagem de abril para maio, no Rio Grande do Sul as vendas tiveram expansão de 1,8%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal do Comércio, divulgada ontem (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em todo o país, apenas oito estados tiveram alta no comércio maior que a média nacional. O Rio Grande do Sul figura como a quinta maior taxa de crescimento.

O gerente da pesquisa, Cristiano Santos, atribuiu o resultado do Rio Grande do Sul acima da média à compra de itens para doação e uma “corrida aos mercados”.

“As pessoas vão aos mercados fazer compras sabendo que pode haver um desabastecimento”, avaliou.

Enchentes - Nos últimos dias de abril e no início de maio, o Rio Grande do Sul sofreu severamente com temporais que deixaram parte considerável do estado alagada. Mais de 180 pessoas morreram. Além das perdas humanas, a tragédia climática impactou o funcionamento da economia local, com a interrupção da produção de fábricas, destruição de rodovias - o que desmonta cadeias de logísticas -, e o fechamento forçado de pontos de venda.

Atividades com alta - Além do segmento de hiper e supermercados impulsionado por compras emergenciais, o pesquisador do IBGE aponta como responsáveis pela impulsão do comércio gaúcho as atividades de tecidos, vestuário, calçados e móveis e eletrodomésticos.

O pesquisador do IBGE detalha que no caso de tecidos, vestuário e calçados, a contribuição mais notável é a de calçados. Já no caso de móveis e eletrodomésticos, são os aparelhos elétricos.

“O efeito de doações também explica [as vendas] de calçados e eletrodomésticos”, explica.

Cristiano Santos assinala que a alta identificada pela pesquisa se reflete em receita e volume, ou seja, não é apenas efeito da inflação. “Não tem fator inflacionário relevante”, disse.

O pesquisador acrescenta que o efeito doações também é sentido no comércio de outros estados, uma vez que itens também foram comprados fora do Rio Grande do Sul e enviados para as áreas afetadas. No entanto, segundo ele, esses impactos não são claramente percebidos. “É mais difícil de mostrar”.

Dormir na casa de um Beatle? Imóvel onde viveu George Harrison está disponível no Airbnb

Já imaginou dormir onde um Beatle viveu por anos? Agora é possível se hospedar na casa em que George Harrison cresceu. O imóvel, localizado a 20 minutos de carro de Liverpool, está disponível para aluguel no Airbnb.

Segundo o atual proprietário, a família de Harrison viveu no local entre 1950 e 1962. A residência chegou a receber os primeiros ensaios do músico com Paul McCartney e John Lennon nos primórdios dos Beatles.

Ao todo, a casa possui três quartos e um banheiro. Quem a aluga pode dormir no antigo quarto de Harrison, onde ele ouviu uma música dos Beatles pela primeira vez no rádio, no quarto da irmã do músico ou no cômodo dos pais.

Segundo o dono, há alguns itens originais na casa. A banheira, por exemplo, está no imóvel desde a época em que o guitarrista viveu no local - apenas um chuveiro foi adicionado. Um toca-discos retrô também é disponibilizado para que os hóspedes possam escutar discos dos Beatles durante a estadia.

A casa está disponível a partir do próximo domingo, 14, e os valores variam conforme os dias escolhidos. Para se hospedar de domingo até terça, 16, por exemplo, o valor da diária para uma pessoa é de R$ 662. Há ainda uma taxa de limpeza de R$ 940. Só é possível ficar no local por mais de duas noites.

Sistema espião, câmeras escondidas e drones: como funcionava a ‘Abin paralela’ de Bolsonaro , segundo a PF

A Polícia Federal (PF) cumpriu ontem, 11, cinco mandados de prisão preventiva na Operação Última Milha - investigação sobre monitoramento ilegal de autoridades públicas e produção de notícias falsas pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) do governo Jair Bolsonaro. A ofensiva mira auxiliares diretos do ex-chefe do órgão, Alexandre Ramagem (hoje deputado federal), além de influenciadores do “gabinete do ódio”, grupo revelado pelo Estadão em 2019.

A Abin é o órgão principal do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e tem como função conceder informações estratégicas e confiáveis ao Palácio do Planalto. Os informes são enviados ao Poder Executivo por meio de relatórios, com a finalidade de evitar possíveis ameaças ao Estado Democrático de Direito e à soberania nacional.

De acordo com investigadores da Polícia Federal, no governo passado, foi instalada uma “Abin paralela” para monitorar pessoas consideradas adversárias de Bolsonaro e atuar por interesses políticos e pessoais do ex-presidente e de seus filhos.

O grupo instalado na Abin teria usado um “software intrusivo na infraestrutura crítica de telefonia brasileira” para rastrear celulares “reiteradas vezes”. Os crimes teriam sido praticados sob o governo Bolsonaro. À época, o órgão era comandado por Alexandre Ramagem.

O sistema de monitoramento é capaz de detectar um indivíduo com base na localização de aparelhos que usam as redes 2G, 3G e 4G. Para encontrar o alvo, basta digitar o número do seu contato telefônico no programa e acompanhar em um mapa a última posição

Desenvolvido pela empresa israelense Cognyte (ex-Verint), o FirstMile se baseia em torres de telecomunicações instaladas em diferentes regiões para captar os dados de cada aparelho telefônico e, então, devolver o histórico de deslocamento do dono do celular.

Segundo reportagem do jornal O Globo, durante os três primeiros anos do governo Bolsonaro, a Abin teria usado, sem qualquer protocolo oficial, a ferramenta FirstMile para monitorar os passos de até 10 mil proprietários de celulares a cada 12 meses

Em janeiro, a investigação se desdobrou na Operação Vigilância Aproximada, que mirou o deputado federal Alexandre Ramagem, o vereador Carlos Bolsonaro, policiais federais cedidos à Abin no governo Bolsonaro e ex-superintendentes regionais da agência.

Ainda de acordo com O Globo, além do sistema de monitoramento, a Abin paralela utilizou equipamentos como microfones direcionais, câmeras escondidas, drones e malwares. Um servidor relatou em uma investigação interna da Abin que, em 2021, o órgão decidiu adquirir uma série de drones para operações de vigilância nas superintendências regionais.

Mais de 30 entidades assinam nota contra PEC da Anistia: ‘Inaceitável irresponsabilidade’


(Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados)

Se aprovada, a PEC será a quarta anistia que partidos se concedem por erros que eles mesmos cometeram

Um grupo de 38 organizações da sociedade civil manifestam “extrema preocupação” com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Anistia, presente na pauta da Câmara, ontem, 11, e dizem que a aprovação do texto seria uma “inaceitável irresponsabilidade” do Congresso.

Em nota divulgada também nesta quinta, as entidades dizem que a proposição visa garantir uma “anistia ampla e irrestrita para todas as irregularidades e condenações de partidos políticos e campanhas eleitorais”, ameaça “a candidatura de mulheres e pessoas negras, a integridade dos partidos políticos e a Justiça Eleitoral” e, entre outras coisas, viabiliza as legendas a usarem dinheiro até de “caixa 2” para pagar dívidas.

Como mostrou o Estadão, a atual redação da PEC perdoa as punições impostas a partidos que cometeram infrações eleitorais como descumprimento de cotas para mulheres e pessoas negras.

O novo texto veio a público na noite desta quarta-feira, 10, e teve como novidade a alteração no piso de repasse de recursos para candidaturas de pessoas pretas ou pardas. Inicialmente, a previsão era de 20%. Agora, o percentual mínimo previsto é de 30%. O texto diz, porém, que a porcentagem se aplica “às eleições 2024”, sem garantir que isso pode valer para os próximos pleitos, aponta nota técnica publicada pela Transparência Internacional - Brasil, uma das signatárias da nota pública.

Se aprovada, a PEC será a quarta anistia que partidos se concedem por erros que eles mesmos cometeram. “O que se vê nos últimos anos, contudo, é uma série de propostas legislativas que buscam flexibilizar regras de financiamento e aplicação de recursos, suavizar sanções, restringir as prerrogativas da Justiça Eleitoral e dificultar a identificação de irregularidades. A PEC da Anistia é mais um exemplo desse tipo de iniciativa deletéria”, afirmam as entidades.

Assinam a nota, entre outras organizações, Transparência Partidária, Transparência Internacional - Brasil, Associação Contas Abertas, Associação Fiquem Sabendo, Instituto Marielle Franco, Instituto Não Aceito Corrupção, Movimento Mulheres Negras Decidem e Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher (Nepem), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Haddad diz que inclusão da carne na cesta básica zerada é vitória de Lula

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o presidente Lula teve uma vitória muito importante com o acréscimo da carne na cesta básica zerada. As propostas da Fazenda e do grupo de trabalho da Câmara não contemplavam essa inclusão, que foi defendida sobretudo pela bancada do agronegócio. Um acordo durante a votação, incluindo a oposição, é que permitiu a medida.

“O presidente Lula teve sua vitória ontem, que é muito importante. O presidente Lula tinha feito manifestação pública de que a carne tinha de estar na cesta básica, porque, afinal de contas, o acesso à proteína animal tem de ser garantido a todos os brasileiros”, disse o ministro, em vídeo divulgado nas suas redes sociais e da primeira-dama, Janja Lula da Silva.

Haddad disse que a medida foi viabilizada no Congresso por um acordo de liderança que envolveu todos os partidos. “Mesmo o PL, que votou contra a reforma tributária. Eles estão fazendo uma campanha contra a reforma numa linha de retrocesso e não modernidade. Conseguimos vencer a oposição e colocamos a carne na cesta básica”, disse o ministro no vídeo.

Quando o relator do projeto, Reginaldo Lopes (PT-MG), anunciou que acataria a inclusão da carne no parecer, o texto já havia sido votado e aprovado. Os parlamentares analisavam os destaques - emendas feitas no plenário que promovem alterações ao texto. Foi justamente o PL que sugeriu esse destaque para inclusão das carnes na cesta básica.

Haddad ainda disse que o resultado da votação foi “espetacular”. “O Brasil teve um dia de glória ontem, um dia importantíssimo para a economia, não só do ponto de vista de desenvolvimento mas de justiça tributária, porque o pobre no Brasil é quem mais paga imposto proporcionalmente à renda e essa reforma começa a correção da injustiça histórica”, afirmou.

Mais Médicos tem 33 mil inscritos; 10,4 profissionais por vaga

O novo edital do Programa Mais Médicos registrou 33 mil inscrições para concorrer a mais de 3,1 mil vagas – uma média de 10,4 profissionais por vaga. Os números foram divulgados ontem (11) pelo Ministério da Saúde.

Em nota, a pasta avaliou a adesão como “recorde de candidatos” e destacou novidades no edital, como vagas, no regime de cotas, para pessoas com deficiência e grupos étnico-raciais (negros, quilombolas e indígenas).

O balanço mostra que as chamadas vagas afirmativas do Mais Médicos receberam um total de 3,1 mil inscrições, sendo 2,6 mil negros, 34 quilombolas, 70 indígenas e 382 pessoas com deficiência.

Do total geral de inscrições para o programa, 18,7 mil são mulheres – cerca de 57%. A pasta divulgou ainda o total de inscrições por tipo de perfil profissional:

- médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no país com registro no CRM: 15.699;
- médicos brasileiros com habilitação para exercício da medicina no exterior: 13.467;
- médicos estrangeiros com habilitação para exercício de medicina no exterior: 3.848.

Entenda

Podem participar da seleção do Mais Médicos profissionais brasileiros, brasileiros formados no exterior ou estrangeiros, que continuarão atuando com Registro do Ministério da Saúde (RMS). Médicos brasileiros formados no Brasil continuam a ter preferência no processo seletivo.

Para grupos étnico-raciais, serão ofertadas 20% das vagas, priorizadas da seguinte forma:

- para municípios que têm 2 vagas: 50%
- para municípios que têm entre 3 a 10 vagas: 20%
- para municípios que têm mais de 10 vagas: 20%

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Câmara aprova trava para o IVA; carne entra na cesta básica isenta

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o primeiro texto-base da regulamentação da reforma tributária, com 336 votos favoráveis, 142 contrários e duas abstenções. A proposta estabelece uma trava para a alíquota do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que não deverá ultrapassar 26,5%, e amplia a cesta básica com imposto zero e o alcance do mecanismo de devolução de parte dos impostos ("cashback").

O texto votado inicialmente havia deixado a carne fora da lista de produtos isentos. Mas após a votação, o relator da regulamentação da reforma tributária na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), anunciou em discurso que mudaria outra vez o seu relatório para incluir também carnes, queijos, peixes e sal na cesta básica zerada. "Estamos acolhendo no relatório da reforma todas as proteínas. Carnes, peixes, queijos e, lógico, o sal, porque o sal também é um ingrediente na culinária brasileira", afirmou Lopes, em plenário.

Pivô dos principais embates no Congresso nos últimos dias, a demanda pela isenção das proteínas animais - defendida pelo setor de alimentos, pela bancada do agronegócio e pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva - acabou sendo aprovada por meio de um destaque (sugestão de mudança ao texto principal) do PL, que lidera a oposição. Encerrada a votação dos destaques, o texto seguirá agora para análise do Senado.

(Foto: Nilson Bastian/Câmara dos Deputados)



Inclusão de carnes na cesta básica foi aprovada em destaque.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária sobre bens e serviços foi aprovada pelo Congresso no fim do ano passado, depois de inúmeras tentativas nos últimos 30 dias para tentar desatar o nó tributário que pesa hoje sobre cidadãos e empresas. A fase atual é de regulamentação do que foi aprovado anteriormente. O governo ainda vai apresentar ao Congresso uma proposta para mudar a tributação sobre renda e patrimônio.

O projeto aprovado ontem pela Câmara trouxe o coração do novo sistema de impostos sobre consumo, com as regras para o funcionamento do IVA - que unificará cinco tributos existentes hoje. Serão dois IVAs: um de competência do governo federal, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e um de Estados e municípios, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Justiça cobra ação de institutos contra o furto de bens patrimoniais

A Justiça Federal no Rio de Janeiro determinou, em ação do Ministério Público Federal (MPF), que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e a União criem, em 180 dias, um protocolo de comunicação e atuação junto a instituições públicas e privadas para prevenir e reprimir o furto e o tráfico de bens do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

De acordo com estimativa elaborada no curso de investigações de desaparecimento de bens culturais, pelo menos 2,2 mil já foram subtraídos do território nacional. São bens furtados, roubados, saqueados, revendidos, exportados e até exibidos em museus e galerias estrangeiras, sem qualquer esforço das autoridades brasileiras para recuperá-los, segundo o MPF.

Também foi determinado que, no mesmo prazo de 180 dias, os institutos e a União atualizem as listas de bens culturais desaparecidos e cadastrem essas listas na base de dados da Interpol.

Segundo a decisão da Justiça, o Ibram deve ainda implementar o inventário nacional dos bens dos museus até o final do primeiro semestre de 2025.

As medidas foram determinadas pela Justiça Federal em caráter liminar, durante audiência realizada em 3 de julho, como parte do andamento do processo.

"A ação do MPF foi ajuizada após investigação que constatou a negligência dos órgãos de fiscalização na prevenção de danos e na condução de políticas públicas de documentação e guarda segura de acervos. Além disso, ficou clara a falta de articulação desses órgãos, em nível nacional e internacional, e de ações para identificar os criminosos e repatriar os bens que são ilicitamente levados para fora do país", diz nota do MPF.

Segundo o MPF, o Iphan, o Ibram e a União devem, também em 180 dias, criar rotinas de atuação coordenada com os órgãos responsáveis pela guarda e preservação de bens culturais, tanto de prevenção quanto de repressão aos ilícitos, com a colaboração dos entes federais de inteligência, investigação e fiscalização, em especial a Polícia Federal.

Eles terão que desenvolver, ainda segundo a decisão judicial, mecanismos de comunicação interna entre todos os órgãos da administração pública que têm atribuições legais de proteger o patrimônio cultural, em conjunto com ações integradas ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) e à Polícia Federal. O objetivo da medida é garantir a comunicação acerca de bens culturais desaparecidos e tornar as investigações mais céleres e eficientes.

Família de João Pedro protesta contra decisão que absolveu policiais

(Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil)



João Pedro Matos Pinto, então com 14 anos, estava na casa do tio, quando a residência foi atingida por mais de 70 tiros. Os disparos foram feitos por policiais da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core). O adolescente acabou sendo alvejado e morreu.

Os parentes do adolescente João Pedro, morto por policiais civis durante uma operação na comunidade do Salgueiro, em São Gonçalo, no Grande Rio, em maio de 2020, protestaram contra a decisão judicial que absolveu os agentes envolvidos. A manifestação, na porta da sede do Tribunal de Justiça do estado, também teve a participação de familiares de outras vítimas da violência policial.

João Pedro Matos Pinto, então com 14 anos, estava na casa do tio, quando a residência foi atingida por mais de 70 tiros. Os disparos foram feitos por policiais da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core). O adolescente acabou sendo alvejado e morreu.

Três policiais, Mauro José Gonçalves, Maxwell Gomes Pereira e Fernando de Brito Meister, foram denunciados pelo Ministério Público em 2022, por homicídio duplamente qualificado. Mas na última quarta-feira (10), juíza Juliana Bessa Ferraz Krykhtine os absolveu sumariamente. A magistrada, após analisar as provas e depoimentos, entendeu que os agentes agiram em legítima defesa.

A família esperava que o caso fosse levado a júri popular. "Essa é uma sentença sem responsabilidade nenhuma, com a família, com a sociedade. Esperamos mudança nessa situação [da absolvição]", disse o pai de João Pedro, Neilton da Costa Pinto.

"A verdade é que eles entraram em uma casa onde só tinha jovens adolescentes brincando e efetuaram vários disparos de arma de fogo. Não tem como um agente público entrar em uma casa onde só tem adolescente, efetuando mais de 70 disparos, sem ter intenção de matar", destacou.

Segundo ele, a família pretende continuar lutando para que o caso seja levado ao Tribunal do Júri e está disposta a levar o processo até a última instância judicial para ver os policiais condenados.

Benji Gregory, ex-ator mirim do seriado 'Alf, o ETeimoso', é encontrado morto aos 46 anos

O ex-ator mirim Benji Gregory, conhecido pela participação na série de comédia americana Alf, o ETeimoso foi encontrado morto dentro do próprio carro em um estacionamento no Arizona (EUA). A informação foi confirmada pela irmã do ator, Rebeca Gregory, e divulgada pelo portal TMZ, quarta-feira, 10.

O corpo de Benji e de Hans, o cachorro do ex-astro, foram localizados no dia 13 de junho. A suspeita é que ele tenha ido ao banco realizar depósitos no dia anterior, acompanhado do cão, e adormecido no carro em seguida. Pessoas próximas acreditam que as mortes tenham sido provocadas por insolação em função do calor intenso na região. O Instituto Médico Legal de Maricopa, não determinou uma causa oficial.

Ao TMZ, Rebecca afirmou que o irmão sofria de depressão, bipolaridade, além de uma perturbação do sono que o mantinha frequentemente acordado durante dias. Em homenagem ao ex-ator, a família sugeriu a doação de donativos a The Actors Equity Foundation ou para a ASPCA - instituições que eram apoiadas por ele.

Benji ficou conhecido por interpretar o papel de Brian Tanner em 101 episódios de Alf, o ETeimoso. Na série, um alienígena se torna membro permanente de uma família americana após cair na garagem da casa onde eles viviam. Os episódios foram ao ar de 1986 a 1990.

Ao se alistar na Marinha dos Estados Unidos, em 2003, Benji deixou o mundo do entretenimento. Já em 2005, finalizou os serviços militares quando recebeu uma dispensa médica honrosa.

Procon vai fiscalizar postos de combustíveis de SP; multas podem ser superiores a R$ 1 milhão

O Procon municipal de São Paulo deve iniciar nas próximas semanas uma série de fiscalizações em postos de combustíveis da cidade, com o objetivo de combater fraudes como a venda de combustível "batizado" e alterações nas bombas para cobrar mais do consumidor.

Segundo Fernando José da Costa, titular da Secretaria Municipal de Justiça (responsável pelo órgão de defesa do consumidor), as sanções administrativas previstas para essas irregularidades podem levar à aplicação de multas superiores a R$ 1 milhão ao proprietário do posto.

A Operação Combustível Limpo será realizada em conjunto com órgãos como o Procon estadual, Instituto de Pesos e Medidas (Ipem), Polícia Civil e Secretaria da Fazenda.

Estimativa do Instituto Combustível Legal (ICL) aponta que cerca de R$ 30 bilhões são desviados por ano no setor, sendo metade em sonegação de impostos e outra metade em fraudes operacionais, como adulterações.

(Foto: Divulgação/SJC)



Operação do Procon-SP pretende identificar fraudes e irregularidades em postos da capital, punições administrativas podem ser milionárias

Como mostrou o Estadão, flagrantes de uso irregular e adulteração de combustíveis com o metanol ficaram mais comuns no último ano. Os autos de infração relacionados à substância emitidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) atingiram, em 2023, o recorde desde que começaram a ser contabilizados, em 2017. Foram 187, alta de 73,5% ante um ano antes (108). O metanol é tóxico e traz riscos à saúde e à segurança.

Congonhas inaugura bolsão para über e mais carros de aplicativo; entenda como funciona

A concessionária Aena Brasil inaugurou nesta quinta-feira, 11, o bolsão para motoristas por aplicativo no Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo. O espaço conta com um estacionamento com capacidade para 145 vagas e aceita apenas motoristas que comprovem que estão em filas para atendimento em aplicativos de transporte conveniados.

Ajustes na sinalização e criação de uma sala de espera no ponto de encontro com passageiros (que, no aeroporto, fica na área de desembarque dos voos), além de mudança de local dos pontos de parada de ônibus de companhias aéreas, também estão sendo feitos para melhorar o fluxo de acesso e partida do aeroporto.

"A gente espera que o passageiro que escolhe o aplicativo tenha uma experiência mais rápida e mais fácil. Mais fácil porque o ponto de encontro vai ser sinalizado, ele vai saber onde ele vai ter que ficar para esperar o carro, e mais rápida porque antes ele pegava um motorista que muitas vezes estava fora do sítio aeroportuário e o trânsito da cidade fazia com que esse motorista demorasse pra chegar aqui" diz Michel Cabral, gerente de gabinete do Aeroporto de Congonhas.

A estimativa da AENA Brasil é de que, hoje, 60% dos passageiros de Congonhas utilizam carros de aplicativo para chegar e partir do aeroporto.

Antes, sem infraestrutura específica, os motoristas de aplicativo precisavam rondar a região de Congonhas, estacionar em ruas do outro lado da Avenida Washington Luís ou ficar parados no local de embarque de passageiros, implicando em multas de trânsito para os profissionais, gerando engarrafamentos na região e dificultando o acesso de demais motoristas e passageiros.

Como funciona o bolsão em Congonhas?

O bolsão fica a 300 metros da área de desembarque de voos, ligado por uma rampa tanto a este local, quanto à área do check-in, onde os motoristas de aplicativos deixam os passageiros no aeroporto. Foi construído em um terreno parcialmente cedido por uma loja de aluguel de carros que opera no local.

Ali, os motoristas podem aguardar por chamados de corridas e então se direcionar ao ponto de encontro com o passageiro somente na hora de buscá-lo. A estrutura já existe no Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, na Grande São Paulo.

O local conta com banheiros femininos e masculinos para os motoristas. Mas o uso deve ser exclusivamente utilizado como ponto de espera. A Aena Brasil estuda a aplicação de multas para uso irregular do espaço, como para carros estacionados por muito tempo, se perceber que há necessidade de tomar esse tipo de medida.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

COB fecha lista e Brasil terá 277 atletas em Paris-2024, com maioria feminina pela 1ª vez

A lista de atletas brasileiros na Olimpíada de Paris-2024 está fechada. E, pela primeira vez na história, as mulheres são maioria. Elas serão 55% do total de 277 esportistas, de 39 modalidades diferentes, que estarão competindo na capital francesa a partir do dia 26 deste mês. Serão 153 mulheres e 124 homens.

O número confirma o crescimento da presença feminina na delegação brasileira. Na última edição dos Jogos Olímpicos, disputados em Tóquio, em 2021, a quantidade de mulheres na lista de atletas já era um recorde, com 47% do total de classificados. No ciclo anterior, que culminou na Olimpíada do Rio-2016, as mulheres foram 45% do total da delegação brasileira. Elas faturaram cinco das 19 medalhas nacionais.

Na capital japonesa, o desempenho acompanhou a quantidade. Elas conquistaram nove das 21 medalhas conquistadas, no melhor resultado geral do Brasil na história olímpica. As estrelas daquela edição foram a skatista Rayssa Leal, a boxeadora Beatriz Ferreira, a ginasta Rebeca Andrade e a nadadora Ana Marcela Cunha - as duas últimas foram campeãs olímpicas. O trio estará presente em Paris-2024.

Não por acaso o Comitê Olímpico do Brasil (COB) projeta que, na França, as mulheres vão subir mais vezes ao pódio do que os homens. "Existe sim uma chance real de termos mais medalhistas mulheres do que homens pela primeira vez em Jogos Olímpicos. No Pan de Santiago (2023) já tivemos mais medalhas de mulheres, foi a primeira vez em um evento multiesportivo que isso aconteceu. E a chance de acontecer isso em Paris também é grande, porque temos mais mulheres na delegação e temos muitas delas com histórico recente de grandes desempenhos em nível internacional", prevê Rogério Sampaio, diretor-geral do COB.

Lula diz que Macron o convidou para abertura da Olimpíada, mas que Janja o representará

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que a primeira-dama, Janja Lula da Silva, será sua representante na cerimônia de abertura da Olimpíada de Paris-2024, no dia 26 deste mês.

"O Fufuca André Fufuca, ministro do Esporte vai como chefe do esporte brasileiro. Como eu sou convidado pelo Macron, eu resolvi dizer que a Janja vai porque eu tenho muita coisa para fazer no Brasil, não posso ir", disse o presidente da República

Lula deu as declarações em solenidade com atletas olímpicos e paralímpicos no Palácio do Planalto, em Brasília. Na cerimônia, ele assinou o reajuste do Bolsa Atleta. "Quando o Fufuca me comunicou que ficou 14 anos sem reajuste... é impensável", disse ele. O aumento foi de 10,86%. Serão R$ 148,9 milhões destinados para o benefício neste ano.

"O empresário não tem nenhuma obrigação de olhar para um atleta que não tem medalha de ouro. Mas o Estado brasileiro e seu governo têm que olhar para todos os atletas e mais para aqueles que podem no futuro ganharem medalha de ouro se eles tiverem condições de praticar esporte", declarou o petista.

O Bolsa Atleta pagava de R$ 370 a R$ 15.000 dependendo da fase da carreira e dos resultados esportivos do beneficiado. Agora, os valores serão de R$ 410 a R$ 16.629.

Lula chora ao falar sobre Olimpíada e se diz frustrado por não ter sido convidado em 2016

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que ficou frustrado por não ter sido convidado para abertura dos Jogos Olímpicos do Rio-2016. Ele chorou ao falar sobre a escolha do Brasil para ser sede do evento, em 2008, processo do qual ele foi o principal articulador.

"Eu sei que a emoção de verdade quando aquele suíço veio com a pasta e subiu no pódio lá, no palanque, e resolveu: eu vou anunciar o ganhador. Poucas vezes eu vivi a emoção que eu vivi. Eu não sabia... eu comecei a chorar... e chorava o Pelé, e chorava o governador Sérgio Cabral, e chorava o prefeito Eduardo Paes, e chorava o Orlando Silva, então ministro do Esporte. Foi uma emoção que eu não imaginava", disse Lula, emocionado.

"Nós trouxemos no mesmo ano as Olimpíadas e trouxemos a Copa do Mundo. E os dois aconteceram em um momento não muito bom da política brasileira. Os dois acontecimentos foram em momentos muito ruins da política brasileira. O ódio estava tomando conta da sociedade brasileira", declarou o presidente.

"Como eu sou azarado: eu sou o cara que trouxe a Copa do Mundo, e não pude assistir à Copa do Mundo. E fui o companheiro que trouxe as Olimpíadas para cá e também não fui convidado para ir à abertura das Olimpíadas. Eu fiquei frustrado depois de tanta emoção, de tanta alegria, pelo fato de ter outras pessoas governando o país, pessoas que não tinham a cabeça civilizada", disse Lula.

Na abertura da Copa do Mundo de 2014, a presidente da República era Dilma Rousseff, que foi vaiada em São Paulo. Em 2016, quando da abertura do Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o presidente já era Michel Temer.

OS TIMES QUE MENOS DESCANSAM

O calendário apertado faz o futebol brasileiro ter pouco tempo de descanso entre as partidas de todos os campeonatos disputados por cada equipe da elite

EQUIPES COM A MENOR MÉDIA DE DESCANSO
(Jogos desde o início do brasileirão)

TIME	MÉDIA DE MINUTOS ENTRE OS JOGOS	JOGOS
Fortaleza	5.309	24
Cuiabá	5.444	23
Flamengo	5.988	21
Bragantino	6.045	21
São Paulo	6.045	21
Palmeiras	6.048	21
Corinthians	6.048	21
Botafogo	6.059	21
Fluminense	6.105	21



Vasco é o clube com maior tempo médio na temporada toda **7.940**

FONTE Espião Estatístico — INFOGRAFFO

Ministério do Esporte repudia tiro de PM em goleiro: 'Ação desproporcional e violenta'



(Foto: Reprodução/Instagram Grêmio Anápolis)

O Ministério do Esporte repudiou o episódio em que um policial militar acertou um tiro de bala de borracha na coxa do goleiro Ramón Souza, do Grêmio Anápolis, durante partida da divisão de acesso do Campeonato Goiano. Em nota, a pasta classificou a ação do policial como "desproporcional e violenta", destacou a "necessidade urgente de uma revisão nos procedimentos" e cobrou punição aos envolvidos.

"A ação desproporcional e violenta por parte da Polícia Militar, que culminou no disparo de uma bala de borracha contra o goleiro Ramón Souza, é inaceitável e deve ser veementemente repudiada. Este tipo de conduta vai contra os princípios básicos de segurança e integridade física que devem ser garantidos a todos os envolvidos no esporte", diz parte da nota.

Grêmio Anápolis e Centro-Oeste se enfrentaram na noite de quarta-feira, no estádio Jonas Duarte, pela 12ª rodada da divisão de acesso do Campeonato Goiano. A partida terminou com vitória dos visitantes, por 2 a 1.

Após o apito final, jogadores dos dois times iniciaram uma confusão. Foi quando um policial disparou um tiro de bala de borracha em direção ao goleiro Ramón Souza, que precisou ser socorrido pela ambulância presente no estádio.

"Nos solidarizamos com o jogador, vítima desta ação desmedida, e com toda a equipe do Grêmio Anápolis, que presenciou e sofreu os impactos deste ato de violência. É inadmissível que profissionais do esporte, que dedicam suas vidas à prática e promoção do futebol, sejam expostos a situações de tamanha agressividade. Este episódio reforça a necessidade urgente de uma revisão nos procedimentos, garantindo que a atuação policial seja sempre pautada pelo respeito aos direitos humanos e pela proteção dos indivíduos", disse o Ministério do Esporte.

"Reiteramos nossa confiança na capacidade das autoridades competentes em conduzir uma investigação rigorosa e transparente, que leve à responsabilização dos envolvidos e à implementação de medidas que impeçam a repetição de tais fatos. É imperativo que se restabeleça a confiança na atuação policial, assegurando que episódios de violência não se tornem uma constante nos campos de futebol."

Conmebol condena 'violência e intolerância' no fim de Uruguai x Colômbia



(Foto: Reprodução/Twitter @FCFSeleccionCol)

A Conmebol veio a público para condenar os atos de violência entre jogadores e torcedores ao fim da partida entre Uruguai e Colômbia, na noite da última quarta-feira, pela semifinal da Copa América, em Miami, nos Estados Unidos. A entidade disse repudiar a "intolerância e a violência dentro e fora de campo".

"A Conmebol condena energicamente qualquer ato de violência que afete o futebol. Nosso trabalho parte da convicção de que o futebol nos conecta e nos une através de seus valores positivos. Não há lugar para a intolerância e a violência dentro e fora de campo. Convidamos a todos nos próximos dias a direcionar toda a paixão para apoiar suas seleções e ter uma festa inesquecível", registrou a Conmebol, em comunicado.

A confusão começou após o apito final, que decretou a vitória dos colombianos sobre os uruguaios por 1 a 0, e a consequente classificação para a final. Jogadores da Colômbia teriam provocado atletas da seleção do Uruguai, o que teria gerado um clima tenso, agravado pela celebração dos reservas colombianos no gramado.

O tumulto, que se iniciou no campo, logo se estendeu para as arquibancadas. Alguns torcedores da Colômbia passaram a provocar familiares uruguaios nas tribunas e não demorou muito para a briga se tornar generalizada. Enquanto jogadores da bicampeã mundial, como Darwin Núñez e Ronald Araújo, buscavam subir nas cadeiras e confrontar os torcedores, a equipe de segurança da Copa América queria separar os envolvidos e apaziguar a situação.

Os jogadores do Uruguai acabaram sendo os mais criticados, por terem trocado socos com torcedores da Colômbia nas arquibancadas Ignacio Alonso, presidente da Associação de Futebol do Uruguai (AUF), saiu em defesa da seleção.

"Eles (jogadores) tiveram uma reação instintiva de defender suas famílias, que estavam sofrendo agressões. É uma reação de pai, que instintivamente se deu com muita racionalidade dados os acontecimentos", declarou.

Fórmula 1 confirma corrida sprint no GP de São Paulo de 2025



(Foto: NELSON ALMEIDA/AFP)

A Fórmula 1 e a Federação Internacional de Automobilismo (FIA) confirmaram ontem o calendário de corridas sprint da temporada 2025. E o GP de São Paulo, mais uma vez, está na lista, sendo a única etapa que conta com a prova curta desde a estreia deste formato, em 2021.

A F-1 manteve a estrutura do calendário das corridas sprint, com seis etapas ao total, como vem acontecendo nos últimos anos. As demais sedes serão Xangai (GP da China), Miami (Estados Unidos), Spa-Francorchamps (GP da Bélgica), Austin (GP dos EUA) e Lusail (GP do Catar).

Xangai e Miami vão receber a prova de 100 quilômetros pelo segundo ano consecutivo, enquanto Austin e Catar estarão no calendário das corridas sprint pela terceira vez. A Bélgica retorna à lista após receber a prova em 2023.

A temporada 2025 vai marcar o quinto ano consecutivo da corrida sprint no calendário da F-1. O formato, que não é unanimidade nem mesmo entre os pilotos, já contou com diferentes vencedores neste período, como Max Verstappen, Valtteri Bottas, George Russell, Sergio Pérez e Oscar Piastri.

"A corrida sprint tem sido um grande sucesso para a Fórmula 1, trazendo a todos os nossos fãs mais ação e corridas na pista. Estamos vendo a prova disso nos nossos dados de audiência, no comparecimento dos fãs às sextas-feiras e dos promotores e parceiros", afirmou Stefano Domenicali, presidente e CEO da F-1.

"A corrida sprint é um grande exemplo de trazer novos elementos ao nosso esporte de uma forma que respeita o campeonato, e quero agradecer aos seis locais que sediarão a sprint em 2025 e ansiar por esses eventos incríveis ao longo da temporada."

Confira o calendário das corridas sprint da temporada 2025:

21 a 23 de março: GP da China, em Xangai

2 a 4 de maio: GP de Miami

25 a 27 de julho: GP da Bélgica, em Spa-Francorchamps

17 a 19 de outubro: GP dos EUA, em Austin

7 a 9 de novembro: GP de São Paulo

28 a 30 de novembro: GP do Catar, em Lusail

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo Digital nº: 1032951-08.2015.8.26.0001
Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória
Exequente: COOP ECON E CRED MUTUO DOS POLICIAIS MILITARES E SERVIDORES DA SECRETARIA DOS NEGOCIOS DA SEGURANCA PUBLICA DO ESP
Executado: Benedito Aparecido da Silva

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO Nº 1032951-08.2015.8.26.0001

A MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Gislaine Maria de Oliveira Conrado, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a BENEDITO APARECIDO DA SILVA, CPF 204.518.142-15, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de COOP ECON E CRED MUTUO DOS POLICIAIS MILITARES E SERVIDORES DA SECRETARIA DOS NEGOCIOS DA SEGURANCA PUBLICA DO ESP, para cobrança de R$ 18.684,42 (ref. Novembro/2015), representada por nota promissória. Estando o executado em lugar incerto e não sabido, foi deferida a CITAÇÃO e intimação por edital, para que em 03 dias, pague o débito atualizado ou reconheça o crédito da exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários fixados em 10%, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em até 6 parcelas mensais acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, ficando advertido que poderá opor embargos à execução no prazo de 15 dias, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena de penhora. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, 01 de dezembro de 2023.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90084/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90084/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00019418/2024-99**, objetivando a compra de "**INSUMO" - Entrega Imediata,** para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV.

A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90084/2024-DRS.XV**, será no dia **26/07/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS. XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90086/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90086/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00005940/2024-93**, objetivando a compra de "**MEDICAMENTO" - Entrega Imediata,** para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV.

A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90086/2024-DRS.XV**, será no dia **25/07/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS. XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

EIL 05 S.A.

CNPJ/MF nº 46.319.753/0001-65 - NIRE 35300592051

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, Horário e Local: Em 06/04/2024, às 10h, na sede social da EIL 05 S.A., na Rua Gomes de Carvalho, 1510, conjunto 31, sala 05, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005 ("Companhia"). **Convocação e Presença**: Dispensada, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei 6.404"), conforme alterada. **Mesa**: Presidente: Marcello Guidotti, e Secretário: Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a reeleição da Diretoria da Companhia. **Deliberação**: Após exame e discussão das matérias e documentos, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, a AGE resolveu aprovar a reeleição, para o mandato de 02 anos, até 06/04/2026, ou até a eleição da nova diretoria, o que ocorrer por último, dos Srs.: (a) **MARCELLO GUIDOTTI**, RNE/DPF nº V369292-I, CPF/MF nº 837.310.750-91, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; e (b) **RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES**, CPF/ME sob o nº 289.381.938-96, para ocupar o cargo de Diretor sem Designação Específica da Companhia, ambos residentes e domiciliados na Capital do Estado de São Paulo, com escritório na Rua Gomes de Carvalho, nº. 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, CEP 04547-005. Os diretores ora eleitos tomarão posse dos cargos para os quais foram eleitos mediante a assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, arquivado na sede da Companhia, na forma da legislação aplicável e observada a declaração, para todos os fins de direito, de não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei, que possam impedi-los de exercer atividade mercantil. O acionista autorizou os diretores da companhia a tomarem todas e quaisquer providências para formalizar as deliberações acima. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente determinou que fosse lavrada a presente ata na forma sumária, a qual foi lida e aprovada pelos presentes. São Paulo, 16/04/2024. **Acionista**: Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (representada por Hugo Rafael Mitz e Eduardo Augusto Alckmin Jacob). **Mesa**: Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles - **Secretário.** JUCESP nº 260.858/24-9 em 04/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90087/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90087/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00064689/2024-07**, objetivando a compra de "**Insumos" - Entrega Imediata,** para atender as necessidades da farmácia do DRS.XV.

A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90087/2024-DRS.XV**, será no dia **26/07/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS. XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90088/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90088/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00031970/2023-74**, objetivando a compra de "**INSUMO" - Entrega Imediata,** para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV.

A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90088/2024-DRS.XV**, será no dia **29/07/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS. XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Nº: 023/2024 **- OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DE LIMINARES JUDICIAIS - **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 24 de julho de 2024, às 09:00 horas. Disponível no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.gov.br/compras. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

RODRIGO ARAKAKI - Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 121/2024

Objeto: Aquisição de cones flexíveis e cavaletes de sinalização e segurança viária. Data e hora limite para credenciamento no sítio da BNC até: 25/07/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 25/07/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 25/07/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 11 de julho de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR

AVISO DE LICITAÇÃO

Acham-se abertas no Departamento de Pregão da Rede Mário Gatti, sito Av. Prefeito Faria Lima, nº 340, Parque Itália, Campinas/SP, fone: (19) 3772-5815 e 3772-5708 as licitações a seguir: **1) Pregão Eletrônico nº 90093/2024 -** Prot. nº HMMG.2024.00000709-91 RP dietas enterais, fórmulas, suplementos e módulos; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 12/07/2024 e o início da sessão dar-se-á às **09h30 do dia 30/07/2024. 2) Pregão Eletrônico nº 90094/2024 -** Prot. nº HMMG.2024.00000876-13 Cont. emp. serv. médicos de otorrinolaringologia e cir. cabeça e pescoço; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 12/07/2024 e o início da sessão dar-se-á às **09h00 do dia 26/07/2024. 3) Pregão Eletrônico nº 90098/2024 -** Prot. nº HMMG.2024.00001269-61 Cont. emp. serv. médicos de ortopedia; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 12/07/2024 e o início da sessão dar-se-á às **09h30 do dia 29/07/2024**. Os interessados poderão retirar os Editais a partir do dia 12/07/2024 no site www.hmmg.sp.gov.br/licitacoes ou pelo e-mail: pregao@hmmg.sp.gov.br.

EMMANUEL CARLOS PIERANGELLI
Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

Estado de São Paulo

Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 57/2024 - Processo Administrativo nº 4891/2024 - Endereço Eletrônico: https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TIRAS PARA MEDIÇÃO DE GLICEMIA CAPILAR, COM CESSÃO DE EQUIPAMENTOS COMPATÍVEIS E SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO E CONTROLE DO TRATAMENTO, CONFORME EDITAL E ANEXOS".** O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 12 de julho de 2024 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br, dia 25 de julho de 2024 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido no sítio acima mencionado.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPIVARI-SP

EXTRATO DE EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 021/2024 - EDITAL 022/2024

OBJETO: Registro de preços para aquisição de jogo de tampões completos (tampa + aro) e tampas avulsas, pelo período de 12 (doze) meses. Informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao3@saaecapivari.com.br. O edital em sua íntegra poderá ser retirado através de download a ser realizado diretamente do sítio eletrônico do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Capivari: https://www.saaecapivari.com.br/, no ícone "TRANSPARÊNCIA" e depois "LICITAÇÕES", ou mesmo através do site: www.bll.org.br. Recebimento das propostas: 15/07/2024, às 08h. Abertura das propostas: 25/07/2024, às 08:30h. Início da Fase de lances: 25/07/2024, às 09h.

Capivari, 12 de julho de 2024. Guilherme Pereira Rego - Superintendente

Savegnago Logística e Administração Ltda.

CNPJ 54.854.081/0001-16 - NIRE 35263746304

Ata da Reunião de Sócios realizada em 20 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 20 de maio de 2024, às 17 horas, na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 2.466, 5º andar, Sala 2, Bairro Jardim Soljumar, CEP 14.170-585, na Cidade de Sertãozinho/SP. **2. Quórum:** Sócia representando a totalidade do capital social. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação previstas no parágrafo 3º, do artigo 1.152, em face da presença da totalidade dos sócios, conforme parágrafo 2º do artigo 1.072, ambos do Código Civil. **4. Mesa:** Os presentes, por unanimidade, elegeram o Sr. Sebastião Edson Savegnago, como Presidente e o Sr. Antônio Aparecido Savegnago, como Secretário. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a transferência, para a Sociedade, da parcela cindida do acervo líquido da **Savegnago - Empreendimentos e Participações Ltda.**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.889.007/0001-55, com sede na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 2.466, 5º Andar, Sala 02, Bairro Jardim Soljumar, na cidade de Sertãozinho/SP, CEP 14.170-585, conforme Contrato Social arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.220.514.959 em sessão de 21/02/2006, e última alteração registrada sob o nº 415.274/23-0 em sessão de 10/11/2023 ("**Sociedade Cindida**"), em decorrência da cisão parcial da Sociedade Cindida. **6. Deliberações tomadas por Unanimidade dos Votos:** Instalada a reunião e após discutidas as matérias constantes na ordem do dia, a Sócia, detentora de quotas representativas da totalidade do capital social da Sociedade, aprovou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a transferência da parcela cindida do acervo líquido da Sociedade Cindida para a Sociedade, bem como: **i.** Aprovou a transferência da parcela cindida do acervo líquido da Sociedade Cindida para a Sociedade, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação da Cisão Parcial e no Laudo de Avaliação Contábil; **ii.** Ratificou a contratação da empresa especializada **Melcon Consultoria e Assessoria Contábil e Fiscal SS**, sociedade estabelecida na cidade de Sertãozinho/SP, à Rua Crescência Carolo Balbo, n. 1065, CEP 14.160-680, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.322.386/0001-46, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP020980/O-9, representada pelo seu sócio, Sr. Antonio Osvaldo Meloni, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.327.605-4 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 550.891.198-72 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1SP099097/O-6, residente e domiciliado na cidade de Sertãozinho/SP, com escritório no mesmo endereço ("Empresa Avaliadora); **6.2.** Autorizou os administradores da Sociedade e da Sociedade Cindida a praticar todos os atos necessários à efetivação da Cisão Parcial. **6.3.** Ratificou que a **Cisão Parcial** com incorporação de parcela do acervo líquido cindida será realizada sem solidariedade entre a Sociedade e a Sociedade Cindida, nos termos art. 233, § único, da Lei das Sociedades por Ações. **6.4.** A Sociedade Cindida, por ser representada única e exclusivamente pela Sócia que ao final subscreve esta Ata de Reunião de Sócios, expressamente aprova o "Laudo de Avaliação Contábil" do patrimônio a ser por ela recepcionado. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pela totalidade dos sócios presentes à reunião. Sertãozinho, 20 de maio de 2024**. Mesa: Sebastião Edson Savegnago** - Presidente; **Antônio Aparecido Savegnago** - Secretário. **Sócia Presente: Savegnago Participações e Negócios S.A.** (Neste ato representada pelos Srs. Sebastião Edson Savegnago e Antônio Aparecido Savegnago). JUCESP nº 261.529/24-9 em 04/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Prefeitura Municipal de Limeira

EDITAL: 117/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 18.456/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE RESGUARDO DE DADOS EM AMBIENTE REMOTO (BACKUP EM NUVEM), CONFORME, INCLUINDO O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DOS SOFTWARES, 10 TB DE STORAGE EM NUVEM, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE 24X7.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 29/07/2024 às 14:00 horas.

Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 - Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,37 (trinta e sete centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 337 de 27 de dezembro de 2023.

Limeira, 11 de julho de 2024
Departamento de Gestão de Suprimentos

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados que se encontra aberta, nesta Câmara, a Licitação abaixo relacionada:

Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 90016/2024
Objeto: Aquisição de equipamentos e software para montagem e exibição de programação
Tipo: Menor preço
Início da Sessão Pública: dia 25/07/2024, às 09h

Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 90018/2024
Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação
Tipo: Menor preço
Início da Sessão Pública: dia 29/07/2024, às 09h

Plataforma ComprasNET: https://www.gov.br/compras/pt-br

Informações e Edital completo à disposição no Setor de Compras e Contratos da Câmara Municipal de Piracicaba, situada na Rua Alferes José Caetano n.º 834, subsolo, no horário das 08h às 11h e das 12h às 17h, telefones: (19) 3403-6561 e (19) 3403-6529 ou através do site: www.camarapiracicaba.sp.gov.br.

Piracicaba, 11 de julho de 2024
Victor Henrique da Rocha Silva
Pregoeira

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

COMUNICADO - CENTRO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AGENCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS - APTA REGIONAL
Processo SAA nº 007.00030948/2024-88 - Pregão Eletrônico SAA nº: 90019/2024

O Diretor Técnico da Apta Regional comunica que se encontra aberta na APTA REGIONAL, **PREGÃO ELETRÔNICO FED 90019/2024**, destinado a aquisição de **INSUMOS AGRÍCOLAS**, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será na data de **26/07/2024**, horário **09:00 horas**, no sítio www.gov.br/compras. Informações para aquisição/consulta do edital no Centro de Atividades Administrativas, pelo telefone (19) 3743-3749 ou pelo e-mail mguerrero@sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA nº 183/24

Objeto: AQUISIÇÃO DE FURADEIRA E PARAFUSADEIRA, com entrega imediata. Recebimento das propostas: De 15/07/2024 às 8:00h até 18/07/2024 às 8:00h. Período de lances: 6 (seis) horas - De 18/07/2024 às 8:30h às 14:30h. Processamento: Plataforma BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – https://bllcompras.com

Prefeitura Município da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro
Estado de São Paulo

COMUNICADO – Republicação Edital - Pregão Presencial 07/2024

A Prefeitura do Município da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro/SP, torna público para conhecimento dos interessados que em relação ao **Pregão Presencial 07/2024, do tipo menor preço global visando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de soluções endovenosas, de acordo com a conveniência da Administração Pública Municipal, destinadas à Farmácia Municipal, Unidade Básica de Saúde e Pronto Atendimento, visando atender à demanda dos munícipes nas unidades de saúde do município,** foi constatado a falta da quantidade de ML por bolsa em alguns itens, ocasionando, assim, alterações no Edital, portanto, fica cancelada a sessão que seria realizada em 1**8/07/2024 as 09:30 horas.** Com a republicação do Edital, fica designada nova data de abertura a ser realizada a abertura dos envelopes com as propostas financeiras e os documentos de habilitação que devem ser entregues no ato do credenciamento a ser realizada às 14:00 horas do dia 24/07/2024, nas dependências Paço Municipal – Sala de Reuniões, Rua Prefeito Geraldo de Azevedo, 115, Águas de São Pedro/SP. A sessão de lances e julgamento será neste mesmo dia e horário. O edital retificado poderá ser retirado através do site www.aguasdesaopedro.sp.gov.br ou solicitados através do e-mail licitacao@aguasdesaopedro.sp.gov.br. Águas de São Pedro/SP, 11/07/2024. João Victor Barboza – Prefeito Municipal.

Savegnago - Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ 07.889.007/0001-55 - NIRE 35.220.514.959

Ata da Reunião de Sócios realizada em 20 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 20 de maio de 2024, às 17 horas, na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 2.466, 5º andar, Sala 2, Bairro Jardim Soljumar, CEP 14.170-585, na Cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo. **2. Quórum:** Sócia representando a totalidade do capital social. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação previstas no parágrafo 3º, do artigo 1.152, em face da presença da totalidade dos sócios, conforme parágrafo 2º do artigo 1.072, ambos do Código Civil. **4. Mesa:** Os presentes, por unanimidade, elegeram o Sr. Sebastião Edson Savegnago, como Presidente e o Sr. Antônio Aparecido Savegnago, como Secretário. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a cisão parcial da Sociedade, com a destinação do ativo cindido para a empresa denominada **Savegnago Logística e Administração Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o 54.854.081/0001-16, com sede na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 2.466, 5º andar, sala 12, bairro Jardim Bairro Jardim Soljumar, CEP 14.170-585, na cidade de Sertãozinho, estado de São Paulo, com seu contrato social registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE 35263746304, em sessão de 23/04/2024 (**"Sociedade Receptora"**); bem como ratificar a cisão anterior da Sociedade, cujo ativo foi vertido para a sociedade denominada **Paulistão - Empreendimentos e Participações Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 49.889.434/0001-83, com sede à Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 2.466, 5º andar, sala 10, Bairro Jardim Soljumar, na Cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, CEP 14.170-585, cujos atos constitutivos encontram-se registrados junto à Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.260.897.310 ("**Paulistão Empreendimentos e Participações Ltda.**"). **6. Deliberações tomadas por Unanimidade dos Votos:** Instalada a reunião e após discutidas as matérias constantes na ordem do dia, a Sócia, detentora de quotas representativas da totalidade do capital social da Sociedade, aprovou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a cisão parcial da Sociedade com a transferência da parcela cindida do acervo líquido para Sociedade Receptora, bem como ratificou a cisão parcial feita anteriormente, com a versão da parcela cindida do acervo líquido para a sociedade Paulistão Empreendimentos e Participações Ltda, bem como: **i.** Aprovou o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Sociedade que estabelece todos os termos e condições para a Cisão Parcial da Sociedade; **ii.** Ratificou a contratação da empresa especializada **Melcon Consultoria e Assessoria Contábil e Fiscal SS**, sociedade estabelecida na cidade de Sertãozinho, estado de São Paulo, à Rua Crescência Carolo Balbo, n. 1065, CEP 14.160-680, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.322.386/0001-46, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP020980/O-9, representada pelo seu sócio, Sr. Antonio Osvaldo Meloni, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.327.605-4 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 550.891.198-72 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1SP099097/O-6, residente e domiciliado na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, com escritório no mesmo endereço ("Empresa Avaliadora); **iii.** Aprovou a Cisão Parcial da Sociedade, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação da Cisão Parcial e no Laudo de Avaliação Contábil, bem como ratificou a cisão parcial anteriormente efetuada, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação da Cisão Parcial e no Laudo de Avaliação Contábil, que teve como resultado a transferência da versão da parcela cindida do acervo líquido para a Paulistão Empreendimentos e Participações Ltda. **6.2.** Autorizou os administradores da Sociedade e da Sociedade Receptora a praticar todos os atos necessários à efetivação da Cisão Parcial. **6.3.** Ratificou que a **Cisão Parcial** com incorporação de parcela do acervo líquido cindida será realizada sem solidariedade entre a Sociedade e a Sociedade Receptora, nos termos art. 233, § único, da Lei das Sociedades por Ações. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pela totalidade dos sócios presentes à reunião. Sertãozinho, 20 de maio de 2024**. Mesa: Sebastião Edson Savegnago** - Presidente; **Antônio Aparecido Savegnago** - Secretário. **Sócia Presente: Savegnago Participações e Negócios S.A.** (Neste ato representada pelos Srs. Sebastião Edson Savegnago e Antônio Aparecido Savegnago). JUCESP nº 261.528/24-5 em 04/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90082/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90082/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00019739/2024-93**, objetivando a compra de "**Insumos" - Entrega Imediata,** para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV.

A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90082/2024-DRS.XV**, será no dia **24/07/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS. XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90085/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90085/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00063942/2024-05**, objetivando a compra de "**Insumos" - Entrega Imediata,** para atender as necessidades da farmácia do DRS.XV.

A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90085/2024-DRS.XV**, será no dia **25/07/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS. XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade **Concorrência Pública n°05/2024** - Tipo de Licitação **"Maior desconto – Empreitada pelo Preço Global".**
Processo Administrativo nº 07/2024 - Edital de Licitação n° 45/2024
OBJETO: contratação de empresa especializada para reforma e pintura da escola EMEF Prof.ª Marilei Schmidt de Oliveira, no município de Itirapina/SP.

- *Local:* https://bll.org.br//
- *Início de envio da Proposta:* **12 de julho de 2024.**
- *Recebimento de Propostas até:* **20 de agosto de 2024** – Horas: **08h 10min.**
- *Início dos lances:* **20 de agosto de 2024 –** Horas: **08h 30min.**

Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital:
1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br.

Itirapina, 11 de julho de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES
Secretário Municipal da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/24

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E DESCARTÁVEIS. Edital disponível em http://www.saojoao.sp.gov.br. Sessão pública: realização no site www.bllcompras.org.br. DATA: 24/07/2024 às 09h00min.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Concorrência Eletrônica nº 5/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA / CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA AS BUILT DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PAULÍNIA. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 19/08/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 19/08/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 19/08/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 11 de julho de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/24

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONERS. Edital disponível em http://www.saojoao.sp.gov.br. Sessão pública: realização no site www.bllcompras.org.br. DATA: 24/07/2024 às 09h00min.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 025/24

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ACONDICIONADAS EM MARMITEX. Edital disponível em http://www.saojoao.sp.gov.br. Sessão pública: realização no site www.bllcompras.org.br. DATA: 25/07/2024 às 09h00min.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 035/24 – Contratação de empresa especializada em engenharia civil, para execução de obra de obra rotatória - entroncamento – Rua Aníbal Lopes da Fonseca e Viaduto Eduardo Gomes, conforme especificações do Estudo Técnico Preliminar e termo de referência, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, projeto e planilha orçamentária, BDI e anexos ao Edital, do tipo **MENOR VALOR GLOBAL. CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **9 horas do dia 16/07/24 até às 9 horas do dia 26/07/24.** Abertura de Propostas Iniciais: **26/07/24 às 09h05min.** O edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.novobbmnet.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8376 ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

AUGUSTO PEREIRA FILHO
Secretário Municipal de Obras

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

STF abre prazo de 30 dias para conciliação sobre acordos de leniência da Lava Jato

Ministro André Mendonça atendeu a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) de mais tempo para concluir discussões com empreiteiras.

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu prazo de 30 dias para a conclusão da conciliação entre entes públicos e empreiteiras sobre os acordos de leniência firmados no âmbito da Operação Lava Jato.

O despacho atendeu a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU). O órgão informou que, apesar de a proposta final oferecida em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU) ter sido aceita pelas empresas, ainda faltam negociações finais sobre os prazos de pagamento das dívidas restantes previstas nos acordos de leniência. Ao fim dos 30 dias, os instrumentos de renegociação deverão ser encaminhados ao Supremo.

A validade dos acordos de leniência firmados pelas empreiteiras é objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1051, apresentada em março de 2023 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e pelo Solidariedade. Eles argumentam ilicitudes na celebração dos pactos antes do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), que sistematiza regras para o procedimento. Em fevereiro deste ano, o STF abriu prazo para as empresas e os órgãos públicos negociarem uma solução consensual.

Mantido veto do governador de SP a projeto de lei sobre manutenção de elevadores

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve o veto integral do governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, a um projeto de lei complementar que previa inspeções periódicas nos elevadores em todo o estado. A decisão se deu na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1078, julgada na sessão virtual encerrada em 28/6.

A norma alterava o Código Estadual de Proteção Contra Incêndios e Emergências e incluía entre as atribuições do Corpo de Bombeiros a fiscalização da manutenção dos elevadores. Na justificativa do veto, o governador disse que esse tipo de norma é de interesse local e, por isso, deve ser proposta pelos municípios. Na ADPF, a Associação Brasileira das Empresas de Elevadores (Abeel) argumentava que o veto foi publicado no Diário Oficial um dia depois do prazo constitucional de 15 dias úteis a partir do recebimento do projeto de lei complementar.

O relator, ministro Edson Fachin, observou que a data do veto não pode ser confundida com a data de sua publicação. Ele explicou que a Constituição Federal estabelece o prazo de 15 dias úteis para o exercício do poder de veto e de 48 horas para a respectiva comunicação ao Poder Legislativo, mas não faz nenhuma referência à publicação do ato. Ele destacou ainda que, de acordo com a jurisprudência do STF, o prazo para deliberação do chefe do Executivo começa a contar no dia útil seguinte ao do recebimento do projeto de lei. No caso, o projeto foi recebido em 12/1/2023 e, em 3/2, o veto foi comunicado ao Legislativo – portanto, dentro do prazo constitucional.

Dívidas da Empresa de Obras Públicas do RJ devem seguir regime de precatórios, decide STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) cassou todas as decisões judiciais que bloqueavam valores nas contas da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (Emop) para pagar dívidas trabalhistas. Por unanimidade, o Plenário reconheceu o direito de a empresa pública submeter seus débitos ao regime constitucional dos precatórios.

A decisão foi tomada no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1096, em que o governador do Rio de Janeiro questionava uma série de decisões da Justiça do Trabalho nesse sentido e pedia a liberação dos valores bloqueados e a devolução das verbas ainda não repassadas aos beneficiários finais.

Criada em 1975 e atualmente vinculada à Secretaria Estadual de Infraestrutura e Cidades (Seic), a Emop é responsável por planejar, projetar e executar as obras de edifícios públicos e de geotécnica do estado e dos municípios.

O relator da ação, ministro Nunes Marques, aplicou o entendimento do STF de que as empresas públicas prestadoras de serviço próprio do Estado e de natureza não concorrencial devem seguir o regime de precatório aplicável à Fazenda Pública. É o caso, segundo ele, da Emop, que opera em regime de exclusividade e sem fins lucrativos e é mantida pelo repasse de recursos públicos.

A decisão unânime foi tomada na sessão virtual finalizada em 28/6.

STF valida norma que restringe chefia do MP-SP a procuradores de Justiça

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou regra do Estado de São Paulo que restringe aos procuradores de Justiça, membros do Ministério Público estadual que atuam junto à segunda instância do Judiciário, a possibilidade de concorrer ao cargo de procurador-geral de Justiça, chefe da instituição.

De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo (Lei Complementar estadual 734/1993), o procurador-geral é nomeado pelo governador a partir de uma lista tríplice formada pelos procuradores de Justiça mais votados pelos membros da carreira. Nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 6551 e 7233, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) alegavam que a exclusão dos promotores de Justiça (que atuam na primeira instância) criaria um privilégio a uma parcela da carreira e violaria os princípios da igualdade e da não discriminação.

Critérios adicionais

O relator das ações, ministro Dias Toffoli, explicou que, conforme a Constituição Federal e a legislação federal que estipula normas gerais sobre a matéria, a chefia do MP deve ser escolhida a partir de lista tríplice integrada por membros da carreira, e essa exigência deve ser observada nos estados. Mas, em seu entendimento, não há inconstitucionalidade na definição de critérios adicionais, desde que respeitadas as normas nacionais. "Embora não representem sua totalidade, os procuradores de Justiça são membros da carreira do Ministério Público paulista", observou.

STJ mantém efeitos de condenações de três pré-candidatos às eleições municipais de 2024

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Og Fernandes, no exercício da presidência, não conheceu do pedido de três pré-candidatos às eleições municipais de 2024 para suspender os efeitos das respectivas condenações que podem impedir que eles participem da disputa eleitoral em razão da Lei da Ficha Limpa.

Fabio Bello de Oliveira, Fabricio Menezes Marcolino e Alexander Silva Salvador de Oliveira apresentaram pedidos ao STJ de suspensão das condenações mantidas por decisão colegiada de segunda instância.

Sem ilegalidade para suspender os efeitos da condenação

Fabio Bello de Oliveira foi condenado à pena de um ano de reclusão em regime aberto pelo crime previsto no artigo 359-C do Código Penal, à época em que era prefeito de Ibiúna (SP), no mandato de 2016. Ele foi denunciado por ordenar despesas, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato, as quais não podiam ser pagas no mesmo exercício financeiro e, bem como por manter parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem disponibilidade de caixa.

A defesa do político alegou que não houve dolo na conduta, bem como não haveria, na denúncia ou na sentença, a indicação de qual obrigação teria assumido sem o respectivo pagamento no mesmo exercício, o que afastaria a configuração do crime. Além da tutela, o político também impetrou habeas corpus para que fosse reconhecida a ausência de justa causa para a ação penal. O pedido foi negado monocraticamente, mas houve apresentação de agravo regimental pela Quinta Turma, o qual ainda não foi julgado.

(Foto: TSE)



O ministro Og Fernandes ponderou que a relatoria do HC no colegiado não verificou qualquer ilegalidade apta a concessão do pedido do político.

O ministro Og Fernandes ponderou que a relatoria do HC no colegiado não verificou qualquer ilegalidade apta à concessão do pedido do político, bem como não apreciou dois pedidos de tutela provisória formulados no habeas corpus diante da inexistência de fatos novos, passíveis de alterar essa conclusão, "o que reforça o descabimento da presente tutela".

Falta de relevância jurídica dos argumentos apresentados

Fabrício Menezes Marcolino foi condenado às penas dois anos e oito meses de detenção no regime inicial semiaberto e ao pagamento de 13 dias-multa, pela sanção do artigo 90, caput, da Lei 8.666/1993. Ele interpôs recurso especial, o qual foi inadmitido no tribunal de origem, e aguarda o julgamento de recurso contra essa decisão.

A defesa dele afirma que há probabilidade de provimento do recurso especial, uma vez que o artigo 90 da Lei 8.666/1993 exigiria a comprovação do dolo específico para a configuração do crime, o que não seria o caso. Ao STJ, argumentou ainda que não poderia ter sido estabelecida uma relação de causalidade entre o fato de ele ser sócio de empresa favorecida em licitação e a prática de qualquer conduta delituosa, sob pena de atribuição de responsabilidade penal objetiva.

Ministro Fachin recebe parlamentares e indígenas para tratar do marco temporal

(Foto: Fellipe Sampaio/STF)



Vice-presidente do STF ouviu preocupações sobre legislação que afeta direitos dos povos originários.

O ministro Edson Fachin, vice-presidente no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), recebeu, quarta-feira (10), uma comitiva de parlamentares e representantes dos povos indígenas para debater aspectos ligados ao marco temporal.

Durante a audiência, solicitada pela deputada federal Célia Xakriabá ministro sua preocupação sobre proposições no Congresso Nacional que chamam de "pacote anti-indígena". Um dos pontos é a Lei 14.701/2023, objeto de diversas ações em trâmite no STF. A norma adota a tese do marco temporal, segundo a qual os povos indígenas só têm direito ao reconhecimento e à demarcação de territórios se comprovarem sua presença nas áreas em 5/10/1988, data da promulgação da Constituição Federal, salvo nos casos de conflito persistente devidamente comprovado.

Diálogo - No encontro, o ministro Fachin disse que o STF está atento ao cumprimento da Constituição Federal e à garantia dos direitos dos povos indígenas. "Estamos abertos ao diálogo com o objetivo de construir uma solução para essa questão", afirmou.

O caso - Em setembro de 2023, o Tribunal considerou inconstitucional a tese do marco temporal, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1017365, com repercussão geral, de relatoria do ministro Fachin. Em seguida, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei para regulamentar o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas e determinou a aplicação do marco temporal.

Encaminhado ao Poder Executivo, o projeto foi sancionado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com veto à tese, e convertido na Lei 14.701/2023.

Justiça reconhece cão como membro da família e devolve animal a tutores em situação de rua

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) reconheceu um cão como membro da família e determinou, em decisão divulgada na última sexta-feira, 5, que um casal em situação de rua tenha de volta a guarda do cachorro. O animal, que vivia com eles, foi colocado para adoção em um abrigo da prefeitura de Curitiba após ser atropelado em meados de maio e não retornou aos tutores desde então.

Por considerá-lo membro da família, os verdadeiros donos acionaram a Justiça com a ajuda da Defensoria Pública do Estado para ter o animal de estimação, chamado Rock, de volta.

Na decisão, o juiz Diego Santos Teixeira, do 15º Juizado Especial da Fazenda Pública de Curitiba, levou em consideração o artigo 226 da Constituição Federal, que institui que a família "é a base da sociedade e que tem especial proteção do Estado", e se apoiou também no conceito de "família multiespécie".

"Não se pode ignorar que atualmente se fala em 'família multiespécie', como aquela formada pelo núcleo familiar humano em convivência compartilhada com seus animais de estimação", argumentou Teixeira.

Rock, que atualmente está com sete meses, vivia com seus donos, mas foi atropelado em frente ao Mercado Municipal de Curitiba, no dia 18 de maio, após se soltar da sua coleira. O motorista não prestou socorro ao animal, e os tutores solicitaram ajuda da prefeitura, que forneceu assistência veterinária.

Após a recuperação, porém, o cachorro não foi devolvido ao casal por conta da situação de vulnerabilidade na qual se encontram. Com isso, o animal acabou sendo disponibilizado para adoção em um abrigo.

Os tutores, então, acionaram a Defensoria Pública para ter Rock de volta. Na visão dos defensores, o argumento de que o casal não teria condições de cuidar do cachorro, por estar em situação de rua, seria "preconceituoso e excludente".

STF mantém julgamento de dentista acusado de homicídio em Rondonópolis (MT)

O ministro Edson Fachin, vice-presidente no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido para suspender o julgamento, pelo Tribunal do Júri, de um dentista acusado de matar o companheiro da mulher apontada como sua amante em Rondonópolis (MT). O julgamento está previsto para o próximo dia 17.

O crime ocorreu em março de 2021. Segundo a denúncia do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP-MT), o dentista, que morava em Goiás, e a amante, de Rondonópolis, teriam planejado e executado a morte do companheiro dela e ocultado o cadáver. A investigação indicou que ela dizia ao dentista que era agredida pelo marido, mas, na verdade, estaria apenas inconformada com o fim do relacionamento. Após o crime, a mulher foi presa e o dentista ficou foragido por cerca de um ano até ser preso em Goiás.

Após o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MP) manter o julgamento por júri popular, a defesa do réu apresentou habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ) buscando a suspensão do julgamento e, no mérito, o trancamento da ação penal. Um dos argumentos era o de que não haveria provas da ocorrência do homicídio e da ocultação de cadáver. Com a rejeição do pedido por decisão monocrática do STJ, o caso foi trazido ao STF por meio do Habeas Corpus (HC) 243659, e a defesa reiterou as alegações.

Ocorrência do crime e indícios de autoria - Ao negar pedido de liminar, o ministro Edson Fachin não constatou ilegalidades no caso que autorizem a suspensão do Tribunal do Júri. Segundo o ministro, a decisão do STJ explicita que as instâncias de origem reconheceram a ocorrência do crime e os indícios de autoria, demonstrados por meio de laudos periciais, informações obtidas em interceptação telefônica, quebra de sigilo de dados e depoimento de testemunhas. Fachin ressaltou que a concessão de liminar em habeas corpus é medida excepcional que só cabe quando a situação representar manifesto constrangimento ilegal.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676